



## PLANO DE ENSINO

### DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**Disciplina: Direito Tributário**

**Código: 66-173**

**Carga Horária: 60**

**Número de Créditos: 04 Créditos**

**Pré-requisitos: 66-172**

### 1 EMENTA

Introdução ao direito tributário. Fontes do direito tributário. Obrigação tributária. Fato gerador e sujeito ativo e passivo. Crédito tributário. Tributos federais, estaduais e municipais. Contribuições especiais e parafiscais. Tributação na fonte, tributação da receita e tributação do lucro.

### 2 OBJETIVOS GERAIS

Proporcionar aos alunos um conhecimento básico e fundamental do direito tributário e suas implicações no dia a dia nas relações contribuinte? Fisco, tendo em vista a complexidade da legislação tributária. A matéria visa credenciar o aluno a orientar o seu futuro cliente sobre as implicações do cumprimento da legislação tributária. A transmissão dos conhecimentos alia a teoria constante do conteúdo programático, flexibilizando-o a ponto de proporcionar o aluno o conhecimento através de casos práticos aliados à experiência no campo tributário do professor.

### 3 CONTEÚDOS CURRICULARES

- 3.1 Introdução ao Direito Tributário
- 3.2 Fontes de direito tributário
- 3.3 Obrigação Tributária
- 3.4 Tributo e sua classificação
- 3.5 Vigência, Aplicação, Interpretação e Integração da Legislação Tributária
- 3.6 Incidência, não-incidência, imunidade e isenção, Anistia
- 3.7 Limitações do poder de tributar
- 3.8 Responsabilidade tributária
- 3.9 Crédito Tributário, Administração tributária
- 3.10 Parafiscalidade e extrafiscalidade
- 3.11 Imposto da União. Administração tributária
- 3.12 Impostos dos estados e do Distrito Federal. Conceitos
- 3.13 Impostos dos Municípios. Conceitos. Legislação
- 3.14 Taxas. Conceitos. Taxa e preço público

### 6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BALEEIRO, Aliomar. **Direito Tributário Brasileiro**. Rio de Janeiro : Forense, 1998.
- CODIGO TRIBUTÁRIO. 28. ed. São Paulo : Saraiva, 2004.
- CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1998
- COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso do direito tributário brasileiro**. Rio de Janeiro : Forense. 2004.

### 7 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CAMPOS, Cândido H. **Planejamento tributário**. Imposto de Renda Pessoa Jurídica. São Paulo: Atlas
- CAMPOS, Dejalma de Campos & BRITTO, Edvaldo. **Direito Tributário Contemporâneo**; Estudos de especialista. São Paulo : Atlas, 1998.
- CASSONE, Vittorio. **Direito tributário**. São Paulo: Atlas.



## PLANO DE ENSINO

\_\_\_\_\_. **Sistema tributário nacional**. 4. ed. São Paulo: atlas, 1998.  
LATORRACA, Nilton. **Legislação Tributária**: Uma introdução ao planejamento tributário. São Paulo: Atlas.  
MERSÁN, Carlos A . **Direito tributário**. 2. ed. São Paulo : Atlas, 1997.

Documento gerado eletronicamente sob Nº.: cad177fd-489e-4fae-92af-d13feb472677

A Universidade Regional Integrada declara que a veracidade deste documento está condicionada a verificação da sua autenticidade na internet no endereço <<http://portal.uri.br/corpore.net>> menu "Certificador de Relatórios"

Documento emitido em: 20/05/2024

Sua autenticidade pode ser confirmada por 30 dias a partir da data de emissão, tendo validade sem carimbo e assinatura.



## PLANO DE ENSINO

### DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**Disciplina:** Direitos Humanos e Cidadania

**Código:** 60-319

**Carga Horária:** 30

**Número de Créditos:** 02 Créditos

**Pré-requisitos:** 66-189

### EMENTA:

Estudo dos fundamentos e desenvolvimento histórico da construção dos direitos do homem. Análise da cidadania enquanto fenômeno jurídico. A cidadania na sociedade capitalista. O discurso liberal da cidadania. Neoliberalismo e cidadania. Ética e cidadania. Pluralismo, tolerância e cidadania.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1 UNIVERSO CONCEITUAL DA CIDADANIA: CIRCUNSCREVENDO A CIDADANIA ENQUANTO CONCEITO E PRÁXIS

2 A CIDADANIA-ELEIÇÃO À CIDADANIA-CONSUMO MEDIADAS PELA CIDADANIA-PARTICIPAÇÃO.

3 O UNIVERSO PLURAL DA CIDADANIA: DA CIDADANIA ÀS CIDADANIAS A MUDANÇA DO PACTO: DA CIDADANIA ÀS CIDADANIAS, DO MASCULINO AO FEMININO, DO BRANCO AO NEGRO, DO PROPRIETÁRIO AO NÃO PROPRIETÁRIO, DO ADULTO À CRIANÇA, O ADOLESCENTE, O IDOSO.

4 O UNIVERSO GEOPOLÍTICO DE EXERCÍCIO DA CIDADANIA: LOCAL-NACIONAL-PLANETÁRIO

5 O UNIVERSO CONCEITUAL E FUNCIONAL DO DIREITO: CIRCUNSCREVENDO O DIREITO ENQUANTO DIREITO ESTATAL ( LEI), SABER, E SISTEMA DE JUSTIÇA. DIREITO E DIREITOS: DO DIREITO PENAL AO DIREITO CONSTITUCIONAL. O DIREITO COMO MECANISMO DE CONTROLE SOCIAL.

6 O UNIVERSO AMBIVALENTE DO DIREITO NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA.A CIDADANIA E OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL E NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1988.

### METODOLOGIA:

Os métodos utilizados são aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudo dirigido, fichamentos e produção textual.

### AValiação:

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Cidadania: do direito aos direitos humanos. São Paulo: Acadêmica, 1993.

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

PEREIRA E SILVA, Reinaldo. (Org.) Direitos Humanos como educação para a Justiça. São Paulo, LTR, 1998.

ROCHA, Leonel Severo (Org.). Teoria do Direito e do Estado. Porto Alegre, Sérgio Fabris, 1994.

RODRIGUES, Horácio Wanderley ( Org.) O Direito no III milênio. Canoas, Ulbra, 2000.

SANTOS, Rogério Dutra dos. Introdução crítica ao estudo do sistema penal: Elementos para a compreensão da atividade repressiva do Estado. Florianópolis, Diploma Legal, 1999.



## PLANO DE ENSINO

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos humanos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

VARELLA, Marcelo Dias. (Org.) Revoluções no campo Jurídico. São Paulo, Cortesia, 1998.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Dogmática Jurídica: esboço de sua configuração e identidade. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.

\_\_\_\_\_. A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 1997.

\_\_\_\_\_. (Org.) Verso e Reverso do controle penal: (des)aprisionando a sociedade da cultura punitiva. Florianópolis, Fundação Boiteux, 2002.

AZEVEDO, Jackson. Reforma e "Contra"Reforma Penal no Brasil: uma ilusão...que sobrevive. Florianópolis, OAB-SC, 1999.

BISSOLI FILHO, Francisco. Estigmas da criminalização: dos antecedentes à reincidência criminal. Florianópolis, Obra Jurídica, 1998.

CAMPOS, Carmen Hein de. Criminologia e Feminismo. Porto Alegre, Sulina, 1999.

CARVALHO, Salo de. A Política Criminal de Drogas no Brasil. Niterói, Luam, 1996.

DORA, Denise Dourado (Org.). Feminino Masculino: igualdade e diferença na justiça. Porto Alegre, Sulina, 1997.

Documento gerado eletronicamente sob N.º.: 1d379680-bca2-4705-af6b-d4e6057de9c1

A Universidade Regional Integrada declara que a veracidade deste documento está condicionada a verificação da sua autenticidade na internet no endereço <<http://portal.uri.br/corpore.net>> menu "Certificador de Relatórios"

Documento emitido em: 20/05/2024

Sua autenticidade pode ser confirmada por 30 dias a partir da data de emissão, tendo validade sem carimbo e assinatura.



## **PLANO DE ENSINO**

### **DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

**Disciplina: Economia Política – A**

**Código: 60-303**

**Carga Horária: 30**

**Número de Créditos: 02 Créditos**

#### **EMENTA:**

Noções gerais de economia política.. Desenvolvimento histórico da economia e suas relações com as demais ciências. Os conceitos fundamentais da economia política. Os fatores da produção.

#### **OBJETIVOS:**

- Transmitir conhecimentos teórico-científicos da ciência econômica, através de seus princípios básicos e teoremas fundamentais integrando o futuro advogado dentro do sistema de mercado e deixando-o à par de todos os conceitos e alterações na política nacional e internacional.

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

### **1. NOÇÕES GERAIS DE ECONOMIA POLÍTICA**

### **2. DIVISÃO DA ECONOMIA POLÍTICA**

#### **2.1 A Produção**

##### **2.1.1 A natureza**

##### **2.1.2 O trabalho**

##### **2.1.3 O capital**

##### **2.1.4 A empresa**

##### **2.1.5 A tecnologia**

#### **2.2 A distribuição ou repartição**

#### **2.3 A circulação**

##### **2.3.1 A demanda e a oferta**

##### **2.3.2 Os mercados**

##### **2.3.3 Os preços**

##### **2.3.4 O dinheiro e o crédito**

#### **2.4 O equilíbrio**

##### **2.4.1 A demanda e a oferta agregada**

##### **2.4.2 A estabilidade da moeda e a inflação**

##### **2.4.3 O consumo, a poupança e o investimento.**

### **3. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE CIÊNCIA ECONÔMICA**

#### **3.1 Economia positiva**

#### **3.2 Economia normativa**

### **4. A TEORIA ECONÔMICA**

#### **4.1 Análise microeconômica**

#### **4.2 Análise Macroeconômica**

### **5. ATIVIDADE ECONÔMICA NACIONAL**

#### **5.2 O produto nacional - PN**

#### **5.3 A renda nacional - RN**

#### **5.4 A despesa nacional - DN**

### **6. O SISTEMA ECONÔMICO E SUAS FORMAS DE ATIVIDADES**

#### **6.2 Demanda agregada**

#### **6.3 O equilíbrio**

#### **6.5 O circuito econômico**



## PLANO DE ENSINO

### 7. CONSUMO, POUPANÇA E INVESTIMENTO(Abordagem Keynesiana)

#### 7.1 Funções:

### 8. ECONOMIA MONETÁRIA

- 8.1 Características e função da moeda
- 8.2 A demanda do dinheiro
- 8.3 A oferta monetária
- 8.4 A política econômica
- 8.5 Bancos e sistema financeiro

### 9. INFLAÇÃO

- 9.1 Natureza e consequências da inflação
- 9.2 Inflação e subdesenvolvimento
- 9.3 Fontes inflacionárias do Brasil.

### 10. MERCADO

- 10.1 Concorrência perfeita
- 10.2 Concorrência imperfeita

### 11. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

- 11.1 Crescimento e desenvolvimento econômico
- 11.2 características dos países subdesenvolvidos: teorias de crescimento e desenvolvimento econômico

### METODOLOGIA:

Os métodos utilizados são aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudo dirigido, fichamentos e produção textual.

### AVALIAÇÃO:

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BARRE, Raymound. Manual de Economia Política. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1971.  
GALVES, Carlos. Manual de Economia Política Atual. Rio de Janeiro: Forense, 1983.  
SOUZA, Nali de Jesus de (coord). Introdução à economia. São Paulo: Atlas, 1996.  
WESSELS, Walter J. Economia. São Paulo: Saraiva, 1998.  
WONNACOTT, Ronald. Introdução à economia. São Paulo: McGraw-Hill, 1985.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- BASSO, Maristela. Mercosul: seus efeitos jurídicos e políticos nos Estados-membros. 2.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.  
CAMARGO, Ricardo Antonio Lucas. Breve introdução ao direito econômico. Porto Alegre: Fabris, 1993.  
CARDOSO, Eliana A. Economia brasileira ao alcance de todos. 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.  
FURTADO, Celso. Prefácio à nova economia política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.  
LIMA, Gilberto Tadeu. Em busca do tempo perdido: a recuperação pós-keynesiana da economia do emprego de Keynes. Rio de Janeiro: BNDES, 1992.  
MAGALHÃES FILHO, Francisco de B. B. História econômica. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 1991.  
SANTOS, Theotônio dos. Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável. Petrópolis: Vozes, 1993.



## PLANO DE ENSINO

Documento gerado eletronicamente sob Nº.: f85d8579-4080-4b4b-b030-a3c1ebe1659d

A Universidade Regional Integrada declara que a veracidade deste documento está condicionada a verificação da sua autenticidade na internet no endereço <<http://portal.uri.br/corpore.net>> menu "Certificador de Relatórios"

Documento emitido em: 20/05/2024

Sua autenticidade pode ser confirmada por 30 dias a partir da data de emissão, tendo validade sem carimbo e assinatura.



## PLANO DE ENSINO

### DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**Disciplina:** Estágio de Prática Jurídica I

**Código:** 66-235

**Carga Horária:** 60

**Número de Créditos:** 04 Créditos

**Pré-requisitos:** 66-210,66-213

### EMENTA:

Estuda a Prática Extraforense: atividades de advocacia; atividades de Magistratura; atividades do Ministério Público; organização judiciária e os cartórios notariais e registros públicos.

### OBJETIVOS:

- Conhecer e compreender o conteúdo normativo da Constituição Federal e Estadual, no que se refere ao Poder Judiciário;
- Conhecer e compreender a legislação infraconstitucional;
- Entender a estrutura, composição e funcionamento dos órgãos da justiça, nos níveis Federal e Estadual;
- Elaborar procurações, contratos, requerimentos e ofícios.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

#### 1. PRÁTICA EXTRAFORENSE

- 1.1. Atividades de advocacia
- 1.2. Atividades de Magistratura
- 1.3. Atividades do Ministério Público
- 1.4. Organização judiciária
- 1.5. Cartórios notariais e registros públicos

#### 2. PRÁTICA DE PROCESSO CIVIL

- 2.1 Acesso à justiça e acesso ao judiciário
- 2.2 Instrumento de procuração, substabelecimento e renúncia
- 2.3 Contratos, requerimentos e ofícios.

### METODOLOGIA:

Aulas expositivas, debates, aulas práticas, pesquisas e visitas a Cartórios do Fórum, Tabelionato, Vara do Trabalho, Delegacia de Polícia e Presídio.

### AVALIAÇÃO:

Serão levados em consideração a assiduidade, a participação, provas teóricas e práticas, trabalhos de pesquisa e relatórios de visitas.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BRASIL. Constituição da República Federativa. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BRASIL. Estatuto da Advocacia. Porto Alegre: Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RS, 2000.
- RIO GRANDE DO SUL. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. 3 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.
- RIO GRANDE DO SUL. Código de Organização Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul. 7 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.
- RIO GRANDE DO SUL. Legislação Institucional do Ministério Público do RS. 3 ed., atualizada até janeiro de 2002. Porto Alegre: ESMP, 2002.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- BONA, Avelino de. Títulos Judiciais no Registro de Imóveis. Porto Alegre: Sagra, 1996.
- CENEVIVA, Walter. Lei dos Registros Públicos comentada. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- CENEVIVA, Walter. Lei dos Notários e Registradores comentada. São Paulo: Saraiva, 1996.



## PLANO DE ENSINO

Documento gerado eletronicamente sob Nº.: 2db9310f-0d3b-41c5-9606-420a738a0459

A Universidade Regional Integrada declara que a veracidade deste documento está condicionada a verificação da sua autenticidade na internet no endereço <<http://portal.uri.br/corpore.net>> menu "Certificador de Relatórios"

Documento emitido em: 20/05/2024

Sua autenticidade pode ser confirmada por 30 dias a partir da data de emissão, tendo validade sem carimbo e assinatura.



## PLANO DE ENSINO

### DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Disciplina: Estágio de Prática Jurídica II

Código: 66-236

Carga Horária: 60

Número de Créditos: 04 Créditos

Pré-requisitos: 66-235,66-211,66-214

#### EMENTA:

Estuda a prática de Processo Civil, compreendendo o acesso à justiça e acesso ao judiciário; o instrumento de procuração, substabelecimento e renúncia; os contratos, requerimentos e ofícios; o processo de conhecimento, e os tipos de ações; o procedimento sumário - art. 275 do CPC; os requisitos da petição inicial - art. 282 do CPC; as causas de indeferimento da petição inicial; a complementação da petição inicial; a resposta do réu; as alegações e os memoriais.

#### OBJETIVOS:

- Em sala de aula: preparar à prática profissional, mediante exames de autos e elaboração de petições, alegações e recursos, em certos tipos de processos.
- No Escritório-Modelo: elaborar de peças processuais, atender a clientela carente, sob a orientação e supervisão de advogados e docentes de prática geral.
- Junto aos Órgãos Judiciários: Acompanhar audiências.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

##### 1. PRÁTICA DE PROCESSO CIVIL

- 1.1. Processo de conhecimento: Procedimento Ordinário - tipos de ações
- 1.2. Procedimento sumário - art. 275 do CPC
- 1.3. Requisitos da petição inicial - art. 282 do CPC
- 1.4. Causas de indeferimento da petição inicial
- 1.5. Complementação da petição inicial
- 1.6. Resposta do réu
- 1.7. Alegações e memoriais

#### METODOLOGIA:

Informações iniciais através de aulas expositivas e dialogadas, trabalhos individuais e em grupo para elaboração de peças processuais, pesquisa na doutrina e na jurisprudência; apresentação de trabalhos pelos alunos; atendimento ao cliente, participação em audiências e/ou outros atos, com apresentação de relatórios.

#### AValiação:

Através de trabalhos individuais ou em grupo, assiduidade, participação, organização, elaboração de peças processuais, presteza no atendimento ao cliente, acompanhamento dos processos.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- VIDIGAL, Maurício. Lei de Assistência Judiciária interpretada. São Paulo; Juarez de Oliveira, 2000.
- MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. Assistência Jurídica, Assistência Judiciária e Justiça Gratuita. Rio de Janeiro: Forense, 1996.
- ILVA, De Plácido. Tratado do Mandado e Prática das Procurações. 3ª ed. Vol. I e II. São Paulo: Forense, 1963.
- LUZ, Valdemar P. da. Contratos, requerimentos, procurações e outros documentos. 8ª ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.
- KASPARY, João Adalberto. Redação oficial: normas e modelos. 15 ed. Porto Alegre: Edita, 2002.
- MOREIRA, José Carlos Barbosa. O novo processo civil brasileiro: exposição sistemática do conhecimento. 21 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- SILVA, Ovídio Araújo da. Curso de Processo Civil. vol 1. 5ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.



### PLANO DE ENSINO

WAMBIER, Luiz Rodrigues de. Curso avançado processo civil. 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. vol I. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

MARQUES, José Frederico. Manual de direito processual civil. Campinas. Bookseller, 1997.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

KASPARY, João Adalberto. Habeas verba: português para juristas. 6 ed. Porto Alegre: Revista dos advogados, 2000.

ROSA, Eliasar. Os erros mais comuns nas petições. 9 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1993.

BRANDÃO, Alfredo de Barros. Modelos de contratos. 11 ed., São Paulo: Edições Livreiro.

BORTOLAI, Edson Cosac. Manual de prática civil. 13 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

GRECO, Vicente Filho. Direito processual brasileiro. São Paulo: Saraiva, 1999.

JACINTO, Roque. Contratos e outros instrumentos. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 1994.

Documento gerado eletronicamente sob N°. : 1f2ca4ca-4ea4-45df-9afc-d576d17452a5

A Universidade Regional Integrada declara que a veracidade deste documento está condicionada a verificação da sua autenticidade na internet no endereço <<http://portal.uri.br/corpore.net>> menu "Certificador de Relatórios"

Documento emitido em: 20/05/2024

Sua autenticidade pode ser confirmada por 30 dias a partir da data de emissão, tendo validade sem carimbo e assinatura.



## PLANO DE ENSINO

### DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Disciplina: Estágio de Prática Jurídica III-A

Código: 60-314

Carga Horária: 60

Número de Créditos: 04 Créditos

Pré-requisitos: 66-214

#### EMENTA:

Prática do Processo Penal, desde o inquérito policial; a ação penal; a queixa crime e denúncia; as alegações preliminares - defesa prévia - art. 395 CPP e as alegações finais.

#### OBJETIVOS:

- Em sala de aula: preparar à prática profissional, mediante exames de autos e elaboração de petições, alegações e recursos, em certos tipos de processos. Levar os alunos ao exercício do poder de criatividade e de redação.
- No Escritório-Modelo: elaborar de peças processuais, atender a clientela carente, sob a orientação e supervisão de advogados e docentes de prática geral.
- Junto aos Órgãos Judiciários: Acompanhar audiências.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

##### 1. PRÁTICA DE PROCESSO PENAL

- 1.1. Inquérito policial
- 1.2. Ação penal
- 1.3. Queixa crime e denúncia
- 1.4. Alegações preliminares - defesa prévia - art. 395 CPP
- 1.5. Alegações finais.

#### METODOLOGIA:

Informações iniciais através de aulas expositivas e dialogadas, trabalhos individuais e em grupo para elaboração de peças processuais, pesquisa na doutrina e na jurisprudência; apresentação de trabalhos pelos alunos; atendimento ao cliente, participação em audiências e/ou outros atos, com apresentação de relatórios.

#### AVALIAÇÃO:

Através de trabalhos individuais ou em grupo, assiduidade, organização, participação, organização, elaboração de peças processuais, presteza no atendimento ao cliente, acompanhamento dos processos.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- SALLES JUNIOR, Romeu de Almeida. Inquérito policial e ação penal: indagações, doutrina, jurisprudência, prática. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 1998.
- MARQUES, José Frederico. Elementos de direito processual penal. vol I. Campinas: Bookseller, 1997.
- ROCHA, Francisco de Assis do Rêgo Monteiro da. Curso de Direito Processual Penal. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Código de processo penal comentado. vol I. São Paulo: Saraiva, 1996.
- MIRABETE, Júlio Fabbrini. Processo penal. São Paulo: Atlas, 1997.
- JARDIM, Afrânio Silva. Direito processual penal. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- ESPÍNOLA FILHO, Eduardo. Código de processo penal brasileiro anotado. Campinas: Bookseller, 2000.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GRINOVER, Ada Pellegrini; FERNANDES, Antonio Scarance; GOMES, Antonio Magalhães Filho. As nulidades do processo penal. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 1994.



## PLANO DE ENSINO

Documento gerado eletronicamente sob Nº.: 2e4493ff-e7aa-4ae5-a5ae-48d33862bbd1

A Universidade Regional Integrada declara que a veracidade deste documento está condicionada a verificação da sua autenticidade na internet no endereço <<http://portal.uri.br/corpore.net>> menu "Certificador de Relatórios"

Documento emitido em: 20/05/2024

Sua autenticidade pode ser confirmada por 30 dias a partir da data de emissão, tendo validade sem carimbo e assinatura.



## PLANO DE ENSINO

### DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**Disciplina: Direito Processual Penal I**

**Código: 66-213**

**Carga Horária: 60**

**Número de Créditos: 04 Créditos**

**Pré-requisitos: 66-208**

#### EMENTA:

Direito Processual Penal. Princípios do Processo Penal. Aplicação do Direito Processual Penal: a lei processual no tempo, no espaço, em relação às pessoas. Interpretação da lei processual penal. Inquérito Policial. Ação Penal. Ação e Execução Civil. Jurisdição e Competência. Questões e Processos Incidentes. Provas. Sujeitos Processuais. Liberdade Provisória.

#### OBJETIVOS:

- Levar o aluno a compreender e a interpretar as normas instrumentais para realizar um processo válido, independente do tipo de ação penal a ser instaurada;
- Oportunizar ao aluno conhecimento da doutrina e da formação das normas contemplando os delitos e sanções, sua interpretação no tempo e no espaço.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

##### 1. DO PROCESSO EM GERAL

- 1.2. Considerações preliminares
- 1.3. História do direito processual penal
- 1.4. Princípios do processo penal
- 1.5. Fontes do direito processual penal

##### 2. APLICAÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL PENAL

- 2.1. A lei processual no tempo
- 2.2. A lei processual no espaço
- 2.3. A lei processual penal em relação às pessoas
- 2.4. Interpretação da lei processual penal

##### 3. INQUÉRITO POLICIAL

- 3.1. Considerações preliminares
- 3.2. Notícia crime
- 3.3. procedimento

##### 4. AÇÃO PENAL

- 4.1. Ação na teoria geral do processo
- 4.2. Ação penal
- 4.3. Ação penal pública incondicionada
- 4.4. Ação penal pública condicionada
- 4.5. Ação penal privada
- 4.6. Denúncia e queixa
- 4.7. Extinção da Punibilidade

##### 5. AÇÃO CIVIL

- 5.1 Ação de execução civil

##### 6. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

- 6.1. Questões particulares

##### 7. QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES

- 7.1. Questões prejudiciais



## PLANO DE ENSINO

- 7.2. Exceções
- 7.3. Incompatibilidades e impedimentos
- 7.4. Restituição de coisas apreendidas
- 7.5. Medidas assecuratórias
- 7.6. Incidente de falsidade
- 7.7. Incidente de insanidade mental

## 8. PROVAS

- 8.1. Considerações gerais
- 8.2. Exame do corpo de delito e perícias em geral
- 8.3. Interrogatório do acusado
- 8.4. Confissão
- 8.5. Perguntas ao ofendido
- 8.6. Testemunhas
- 8.7. Reconhecimento de pessoas e coisas
- 8.8. Acareação
- 8.9. Documentos
- 8.10. Indícios
- 8.11. Busca e apreensão

## 9. SUJEITOS PROCESSUAIS

- 9.1. Introdução
- 9.2. O juiz
- 9.3. O acusado e seu defensor
- 9.4. O assistente
- 9.5. Os funcionários da justiça
- 9.6. Os peritos e intérpretes

## 10. PRISÃO

- 10.1. Disposições gerais
- 10.2. Prisão em flagrante
- 10.3. Prisão preventiva
- 10.4. Prisão temporária
- 10.5. Prisão administrativa

## 11. LIBERDADE PROVISÓRIA

- 11.1. Liberdade provisória sem fiança
- 11.2. Liberdade provisória com fiança

## METODOLOGIA:

Os métodos utilizados são aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudo dirigido, fichamentos e produção textual.

## AValiação:

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida. As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FILHO, Fernando Tourinho da Costa. Código de Processo Penal Comentado: São Paulo: Saraiva, 2002.  
NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Curso Completo de Processo Penal: São Paulo: Saraiva, 2001.



## PLANO DE ENSINO

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

JESUS, Damásio. Código de Processo Penal Anotado: São Paulo: Saraiva, 2001.  
MIRABETE, Júlio Fabrin. Código de Processo Penal Interpretado: São Paulo: Atlas, 2001.  
LEAL, Saulo Brum. Júri Popular: Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.  
PEREIRA, José Ruy Borges. O Plenário do Júri: São Paulo: Saraiva 2000.  
STOCCO, Rui & Alberto Silva Franco & Adriano Masrey. Teoria e Prática do Júri: Revista dos Tribunais, 1999.  
FILHO, Fernando da Costa Tourinho. Teoria e Prática do Processo Penal: Jaleco, 2000.  
BOSCHI, José Antônio Paganella. Ação Penal: São Paulo: Aide, 2000.  
MIRABETE, Júlio Fabrin. Execução Penal: São Paulo: Atlas, 2000.  
TRISTÃO, Adalberto Dias. Sentença Criminal: Rio de Janeiro: Del Rey, 2000.  
BITENCOURT, César Roberto. Juizados Especiais Criminais e Alternativas à pena de Prisão: Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.  
GIACOMELLI, Nereu José. Juizados Especiais Criminais: Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

Documento gerado eletronicamente sob Nº.: 2be5cdd3-a230-408a-911b-2fe0c9a7c7a8

A Universidade Regional Integrada declara que a veracidade deste documento está condicionada a verificação da sua autenticidade na internet no endereço <<http://portal.uri.br/corpore.net>> menu "Certificador de Relatórios"

Documento emitido em: 20/05/2024

Sua autenticidade pode ser confirmada por 30 dias a partir da data de emissão, tendo validade sem carimbo e assinatura.



## PLANO DE ENSINO

### DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**Disciplina:** Direito Processual Penal II

**Código:** 66-214

**Carga Horária:** 60

**Número de Créditos:** 04 Créditos

**Pré-requisitos:** 66-213

#### EMENTA:

Atos Processuais. Citações e Intimações. Sentença. Dos Processos em Espécie: Processo comum e Processos Especiais.

#### OBJETIVOS:

- Levar o aluno a compreender e a interpretar as normas instrumentais para realizar um processo válido, independente do tipo de ação penal a ser instaurada.
- Oportunizar ao aluno um conhecimento das doutrinas, desde as mais remotas até a contemporaneidade. Também da formação das primeiras normas contemplando os delitos e sanções, sua interpretação no tempo e no espaço.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

##### 1. ATOS PROCESSUAIS

###### 1.1. Fatos e atos processuais

##### 2. CITAÇÕES E INTIMAÇÕES

###### 2.1. Citações

###### 2.2. Intimações

##### 3. SENTENÇA

###### 3.1. Sentença em geral

###### 3.2. Sentença absolutória

###### 3.3. Sentença condenatória

###### 3.4. Publicação e intimação

###### 3.5. Coisa julgada

##### 4. DOS PROCESSOS EM ESPÉCIE

###### 4.1. Introdução criminal

###### 4.2. Processo dos crimes da competência do júri

###### 4.3. Processo dos crimes de competência do juiz singular

###### 4.4. Processo sumário

##### 5. PROCESSOS ESPECIAIS

###### 5.1. Processo e julgamento dos crimes de falência

###### 5.2. Processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos

###### 5.3. Processo e julgamento dos crimes de calúnia, difamação e injúria, da competência do juiz singular.

###### 5.4. Processo e julgamento dos crimes contra a propriedade imaterial

###### 5.5. Processo de restauração de autos extraviados ou destruídos

###### 5.6. Processo e julgamento dos crimes de imprensa

##### 6. PROCESSO DE COMPETÊNCIA DOS TRIBUNAIS

###### 6.1. Processo de competência do Supremo tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça

###### 6.2. processos de competência de outros tribunais

#### METODOLOGIA:

Os métodos utilizados são aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudo dirigido, fichamentos



## PLANO DE ENSINO

e produção textual.

### **AValiação:**

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

FILHO, Fernando Tourinho da Costa. Código de Processo Penal Comentado: São Paulo: Saraiva, 2002.

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Curso Completo de Processo Penal: São Paulo: Saraiva, 2001.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

JESUS, Damásio. Código de Processo Penal Anotado: São Paulo: Saraiva, 2001.

MIRABETE, Júlio Fabrini. Código de Processo Penal Interpretado: São Paulo: Atlas, 2001.

LEAL, Saulo Brum. Júri Popular: Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

PEREIRA, José Ruy Borges. O Plenário do Júri: São Paulo: Saraiva 2000.

STOCCO, Rui & Alberto Silva Franco & Adriano Masrrey. Teoria e Prática do Júri: Revista dos Tribunais, 1999.

FILHO, Fernando da Costa Tourinho. Teoria e Prática do Processo Penal: Jalovi, 2000.

BOSCHI, José Antônio Paganella. Ação Penal: São Paulo: Aide, 2000.

MIRABETE, Júlio Fabrini. Execução Penal: São Paulo: Atlas, 2000.

TRISTÃO, Adalto Dias. Sentença Criminal: Rio de Janeiro: Del Rey, 2000.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Juizados Especiais Criminais e Alternativas à pena de Prisão: Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

GIACOMELLI, Nereu José. Juizados Especiais Criminais: Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

Documento gerado eletronicamente sob Nº.: 9bab409d-7f1c-4bf0-9d51-5c67b675dach

A Universidade Regional Integrada declara que a veracidade deste documento está condicionada a verificação da sua autenticidade na internet no endereço <<http://portal.uri.br/corpore.net>> menu "Certificador de Relatórios"

Documento emitido em: 20/05/2024

Sua autenticidade pode ser confirmada por 30 dias a partir da data de emissão, tendo validade sem carimbo e assinatura.



## PLANO DE ENSINO

### DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**Código: 66-215 - Direito Processual Penal III**

**Carga Horária: 60**

**Número de Créditos: 04 Créditos**

**Pré-requisitos: 66-214**

#### EMENTA:

Das Nulidades e Dos Recursos em Geral: Nulidades e Recursos. Relações Jurisdicionais com autoridades Estrangeiras. Das Disposições Gerais do CPP.

#### OBJETIVOS:

- Levar o aluno a compreender e a interpretar as normas instrumentais para realizar um processo válido, independente do tipo de ação penal a ser instaurada.
- Oportunizar ao aluno um conhecimento das doutrinas, desde as mais remotas até a contemporaneidade. Também da formação das primeiras normas contemplando os delitos e sanções, sua interpretação no tempo e no espaço.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

##### 1. DAS NULIDADES E DOS RECURSOS EM GERAL

###### 1.1 Nulidades

###### 1.1.1. Nulidades em geral

###### 1.1.2. Nulidades em espécie

###### 1.1.3. Arguição, saneamento e efeitos

###### 1.2. Recursos

###### 1.2.1. Recursos em geral

###### 1.2.2. Recurso em sentido estrito

###### 1.2.3. Apelação

###### 1.2.4. Protesto por novo júri

###### 1.2.5. Processo e julgamento dos recursos em sentido estrito, apelações e embargos

###### 1.2.6. Embargos

###### 1.2.7. Revisão

###### 1.2.8. Recurso extraordinário

###### 1.2.9. Recurso especial

###### 1.2.10. Recurso ordinário constitucional

###### 1.2.11. Carta Testemunhável

###### 1.2.12. Correição parcial

###### 1.2.13. Habeas corpus

###### 1.2.14. Mandato de segurança

##### 2. DAS RELAÇÕES JURISDICIONAIS COM AUTORIDADE ESTRANGEIRA

###### 2.1. Relações jurisdicionais com autoridades estrangeiras

###### 2.2. Relações jurídicas internacionais

###### 2.3. Homologação de sentenças estrangeiras

##### 3. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

###### 3.1. Disposições gerais do CPP

###### 3.2. Audiências e sessões

###### 3.3. Prazos

###### 3.4. Custas e honorários

###### 3.5. Estatística judiciária criminal

#### METODOLOGIA:

Os métodos utilizados são aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudo dirigido, fichamentos e produção textual.



## PLANO DE ENSINO

### AVALIAÇÃO:

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FILHO, Fernando Tourinho da Costa. Código de Processo Penal Comentado: São Paulo: Saraiva, 2002.  
NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Curso Completo de Processo Penal: São Paulo: Saraiva, 2001.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

JESUS, Damásio. Código de Processo Penal Anotado: São Paulo: Saraiva, 2001.  
MIRABETE, Júlio Fabrini. Código de Processo Penal Interpretado: São Paulo: Atlas, 2001.  
LEAL, Saulo Brum. Júri Popular: Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.  
PEREIRA, José Ruy Borges. O Plenário do Júri: São Paulo: Saraiva, 2000.  
STOCCO, Rui & Alberto Silva Franco & Adriano Masrrey. Teoria e Prática do Júri: Revista dos Tribunais, 1999.  
FILHO, Fernando da Costa Tourinho. Teoria e Prática do Processo Penal: Jolovi, 2000.  
BOSCHI, José Antônio Paganella. Ação Penal: São Paulo: Aide, 2000.  
MIRABETE, Júlio Fabrini. Execução Penal: São Paulo: Atlas, 2000.  
TRISTÃO, Adalto Dias. Sentença Criminal: Rio de Janeiro: Del Rey, 2000.  
BITENCOURT, César Roberto. Juizados Especiais Criminais e Alternativas à pena de Prisão: Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.  
GIACOMELLI, Nereu José. Juizados Especiais Criminais: Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

Documento gerado eletronicamente sob Nº.: 78946117-e854-4c17-bb40-52d428a13234

A Universidade Regional Integrada declara que a veracidade deste documento está condicionada a verificação da sua autenticidade na internet no endereço <<http://portal.uri.br/corpore.net>> menu "Certificador de Relatórios"

Documento emitido em: 20/05/2024

Sua autenticidade pode ser confirmada por 30 dias a partir da data de emissão, tendo validade sem carimbo e assinatura.



## PLANO DE ENSINO

### DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**Disciplina: Direito Romano A**

**Código: 60-192**

**Carga Horária: 30**

**Número de Créditos: 02 Créditos**

#### EMENTA:

Períodos históricos e fontes do Direito Romano. O Direito e a Moral. O Direito e a Religião. Interpretação dos preceitos jurídicos. Sujeitos de direito. Aquisição e perda de direitos. Defesa dos direitos. Noções do processo civil romano. A família romana. Esponsais. Matrimônio. Concubinato. Tutela. Curatela. Direitos reais e direitos pessoais. Posse. Propriedade. Detenção. Condomínio. Modos de aquisição do direito de propriedade. A defesa do direito de propriedade. Servidões. Direitos reais pretorianos. Direitos reais de garantia. Obrigações: conceito, objeto, classificação, fontes, transmissão, extinção e garantias. Contratos reais, literais, consensuais e inominados. Sucessões: noções básicas, tipos de sucessões, aquisição e repúdio da herança. Legados e fideicomissos.

#### OBJETIVOS:

- Possibilitar ao aluno o entendimento do pensamento e do raciocínio jurídico romano visando à fundamentação dos trabalhos que exercerá como profissional do Direito. Estudar os institutos jurídicos fundamentais do Direito Romano, com especial atenção às fontes e à evolução dos mesmos ao longo do tempo, constatando a grande influência exercida, de forma geral, nos vários ordenamentos e, em particular, no nosso ordenamento jurídico. Prover o necessário embasamento para as demais disciplinas de Direito Civil.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

##### 1. PARTE GERAL

##### 1.1. Conceitos básicos

##### 1.1.1. Direito

##### 1.1.2. Direito Romano

##### 1.2. História do Direito Romano: divisões dos períodos históricos

##### 1.3. Fontes do Direito Romano

##### 1.3.1. Fontes do Direito Romano na Realeza

##### 1.3.2. Fontes do Direito Romano na República

##### 1.3.3. Fontes do Direito Romano no Alto Império

##### 1.3.4. Fontes do Direito Romano no Baixo Império

##### 1.4. Direito e Moral

##### 1.1. Direito e Religião

##### 1.2. Interpretação dos preceitos jurídicos segundo o Direito Romano

##### 1.3. Sujeitos de direito

##### 1.3.1. Sujeito de direito e capacidade jurídica

##### 1.3.2. Requisitos da personalidade

##### 1.3.3. Causas modificadoras da capacidade civil

##### 1.3.4. Pessoas jurídicas

##### 1.4. Aquisição e perda de direito

##### 1.4.1. Noções fundamentais

##### 1.4.2. Fatos jurídicos

##### 1.4.3. Atos jurídicos

##### 1.4.4. Invalidade do ato jurídico

##### 1.4.5. Atos ilícitos

##### 1.5. Defesa dos direitos

##### 1.5.1. Noções gerais

##### 1.5.2. Fases do desenvolvimento do processo civil romano

##### 1.5.3. O processo das legis actiones e o processo per formulas

##### 1.6. O processo penal romano



## PLANO DE ENSINO

### 2. DIREITO DE FAMÍLIA

- 2.1. Noções básicas
  - 2.1.1. Os esponsais
  - 2.1.2. O matrimônio
  - 2.1.3. O concubinato
- 2.2. Entrada na família
  - 2.2.1. Filiação legítima e natural
  - 2.2.2. Legitimação
  - 2.2.3. Adoção e ad-rogação
  - 2.2.5. Conventio in manum
- 2.3. A potestas do paterfamilias
  - 2.3.1. Diferenças com o atual poder familiar
  - 2.3.2. Extinção da patria potestas
  - 2.3.3. Emancipação
- 2.4. A tutela e a curatela

### 3. DIREITO DAS COISAS

- 3.1. Noções gerais
  - 3.1.1. As coisas
  - 3.1.2. Distinção entre direitos reais e direitos pessoais
- 3.2. A posse e a detenção
- 3.3. O direito de propriedade
  - 3.3.1. Espécies de "propriedades"
  - 3.3.2. Limitações ao direito de propriedade
  - 3.3.3. O condomínio
  - 3.3.4. Modos de aquisição da "propriedade"
    - 3.3.4.1. Modos originários de aquisição
    - 3.3.4.2. Modos derivados de aquisição
  - 3.3.5. A defesa da "propriedade"
- 3.3.6. As servidões
  - 3.3.6.1. Noções básicas
  - 3.3.6.2. Servidões prediais e servidões pessoais
  - 3.3.6.3. Constituição das servidões
  - 3.3.6.4. Extinção das servidões
- 3.3.7. Direitos reais de garantia
  - 3.3.7.1. Alienação fiduciária (fiducia cum creditore)
  - 3.3.7.2. Pignus (penhor)
  - 3.3.7.3. Hipoteca

### 4. DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

- 4.1. Conceito de obrigação
- 4.2. Objeto e classificação das obrigações
- 4.3. Fontes das obrigações
- 4.4. Transmissão das obrigações
- 4.5. Extinção das obrigações
- 4.6. Garantias das obrigações
- 4.7. Contratos
  - 4.7.1. Noções básicas
  - 4.7.2. Classificação dos contratos
    - 4.7.3. Contratos reais
      - 4.7.3.1. Fidúcia
      - 4.7.3.2. Mútuo
      - 4.7.3.3. Comodato



## PLANO DE ENSINO

- 4.7.3.4. Depósito
- 4.7.3.5. Penhor
- 4.7.4. O nexum e os contratos verbais
- 4.7.5. Contratos literais
- 4.7.6. Contratos consensuais
- 4.7.6.1. Compra e venda
- 4.7.6.2. Locação
- 4.7.6.3. Sociedade
- 4.7.6.4. Mandato
- 4.7.7. Contratos inominados
- 4.7.8. Pactos, quase-contratos, delitos e quase-delitos

## 5. DIREITO DAS SUCESSÕES

- 5.1. Noções básicas
- 5.2. Tipos de sucessões
- 5.2.1. Sucessão testamentária
- 5.2.2. Sucessão ab intestato
- 5.2.3. Sucessão contra tabulas
- 5.3. Aquisição e repúdio da herança
- 5.3.1. Herança jacente
- 5.3.2. Sucessão vacante
- 5.4. Legados e fideicomissos

### METODOLOGIA:

Os métodos utilizados são aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudo dirigido, fichamentos e produção textual.

### AValiação:

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- CRETELLA JÚNIOR, José. Curso de Direito Romano. 24.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.  
MARKY, Thomas. Curso elementar de Direito Romano. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 1992.  
ANDREOTTI NETO, Nello. Direito civil e romano. São Paulo: Rideel, 1999.  
CARMIGRANI, Maria Cristina da Silva. A origem romana da tutela antecipada. São Paulo: LTR, 2000.  
SODER, José. História do Direito Internacional. Frederico Westphalen: Ed. URI. 1998.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- GRASSI, Fiorindo David. Direito Romano Hoje. Frederico Westphalen: Ed. URI, 1996.  
GUIMARÃES, Affonso Paulo. Noções de Direito Romano. Porto Alegre; Síntese, 1999.  
MEIRA, Sílvio. Curso de Direito Romano. São Paulo : LTR, 1996.  
PASQUALINI, Carlos Eduardo. O mundo do direito. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1991.  
POLETTI, Ronaldo. Elementos de Direito Romano público e privado. Brasília: Brasília Jurídica, 1996.

Documento gerado eletronicamente sob N°.: e0c51fba-0b87-4426-b9b4-dfc1a3546f83

A Universidade Regional Integrada declara que a veracidade deste documento está condicionada a verificação da sua autenticidade na internet no endereço <<http://portal.uri.br/corpore.net>> menu "Certificador de Relatórios"

Documento emitido em: 20/05/2024



**PLANO DE ENSINO**

Sua autenticidade pode ser confirmada por 30 dias a partir da data de emissão, tendo validade sem carimbo e assinatura.



## PLANO DE ENSINO

### DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Disciplina: Monografia III-A

Código: 60-301

Carga Horária: 45

Número de Créditos: 03 Créditos

Pré-requisitos: 60-300

#### EMENTA:

Orientação metodológica e de conteúdo na conclusão do trabalho monográfico.

#### OBJETIVOS:

- Oportunizar um momento de revisão, aprofundamento, sistematização e integração de conteúdos, com a finalidade de levar o acadêmico a definir e aprimorar conhecimentos adquiridos no decorrer do curso;
- Orientar na conclusão do trabalho monográfico.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

##### 1. DE ACORDO COM O TEMA ESCOLHIDO PELO ACADÊMICO

#### METODOLOGIA:

Encontros com orientador para conclusão do trabalho monográfico; defesa em banca examinadora e entrega da versão definitiva do trabalho.

#### AValiação:

Os alunos serão avaliados pelo trabalho escrito e pela apresentação oral em banca.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas técnicas para o trabalho científico: que todo mundo pode saber inclusive você. 11. ed., atual. e ampl. Porto Alegre : [s.n.], 2002.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 3 ed., São Paulo: Atlas, 1991.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

\_\_\_\_\_. Metodologia científica. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

\_\_\_\_\_. Técnicas de pesquisa. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

VENTURA, Deisy. A monografia jurídica. 2.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BECKER, Fernando e Outros. Apresentação de trabalhos escolares. 18.ed. Porto Alegre: Prodil, 1999.

CERVO, A. L. e BERVIAN, P. A. Metodologia científica. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1996.

LUFT, Celso Pedro. O escrito científico: sua estrutura e apresentação. 4 ed. Porto Alegre: Lima, 1974.

RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 26.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

Documento gerado eletronicamente sob Nº.: 3c48e531-895d-49db-84a2-b82cbe20fd81

A Universidade Regional Integrada declara que a veracidade deste documento está condicionada a verificação da sua autenticidade na internet no endereço <<http://portal.uri.br/corpore.net>> menu "Certificador de Relatórios"

Documento emitido em: 20/05/2024

Sua autenticidade pode ser confirmada por 30 dias a partir da data de emissão, tendo validade sem carimbo e assinatura.



## PLANO DE ENSINO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

PLANO DE ENSINO DA DISCIPLINA DE

**PSICOLOGIA APLICADA AO DIREITO**

**Código: 73-476**

**Carga Horária: 30h**

**Nº de Créditos: 02**

### 1. EMENTA

Contribuições de Psicologia na formação do Advogado. Conhecimento da pessoa na sua estrutura de vida adulta. Influência da composição familiar.

### 2. OBJETIVOS

Oportunizar aos alunos conhecimentos básicos de Psicologia que contribuam para a formação do bacharel;

Oportunizar aos acadêmicos de Direito o conhecimento interdisciplinar entre o Direito e a Psicologia;

Capacitar os acadêmicos de Direito a teorizar, problematizar e pesquisar intervenções que resultem em benefícios para os sujeitos envolvidos em realidades psicojurídicas.

### 3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### 3.1 NOÇÕES BÁSICAS DE PSICOLOGIA APLICADA AO DIREITO

3.1.1 Aspectos históricos

3.1.2 Áreas de abrangência

#### 3.2 FAMÍLIA

3.2.1 Origem e estrutura psicológica e jurídica

3.2.2 Evolução histórica, social, aspectos subjetivos e legais

3.2.3 Casamento: aspectos subjetivos e legais

3.2.4 Função Paterna e Materna

3.2.5 Separação do casal

3.2.6 Guarda dos filhos

3.2.7 Violência na família

3.2.8 Adoção

3.2.9 Guarda

#### 3.3 INFÂNCIA E JUVENTUDE

3.3.1 Abuso e Vitima

3.3.2 Conflitos com a lei

#### 3.4 PSICOLOGIA E CRIMINALIDADE

3.4.1 Psicopatologias relacionadas aos direitos

3.4.2 Intervenções interdisciplinares

### 4. METODOLOGIA

Os métodos utilizados são aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudo dirigido, fichamentos e produção textual.

### 5. AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.



## PLANO DE ENSINO

### 6. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

#### a) Campus de Erechim

MARANHÃO, Odon Ramos. **Psicologia do crime**. 2. ed. mod São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito de família: uma abordagem psicanalítica**. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

RIGONATTI, Sérgio Paulo (Coord.). **Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica**. São Paulo: Vetor, 2003.

#### b) Campus de Frederico Westphalen

BRITO, Leila Maria Torraca de; PEREIRA, Joyce Barros. **Depoimento de crianças: um divisor de águas nos processos judiciais**. Psico-USF, Bragança Paulista, v. 17, n. 2, p. 285-293, ago. 2012.

LAGO, Vivian de Medeiros; BANDEIRA, Denise Ruschel. **A psicologia e as demandas atuais do direito de família**. Psicologia: ciência e profissão, Brasília DF., v.29, n.2, p. 290-305, jan. 2009.

MIRA Y LOPEZ, Emilio. **Manual de psicologia jurídica**. Rio de Janeiro: Agir, 2003.

PIMENTEL, Carlos Eduardo; GUNTHER, Hartmut; BLACK, Peter Ulrich. **Acessando o medo do crime: um survey por meio da internet**. Psicologia Argumento, Curitiba, PR, v. 30, n. 69, p. 411-421, jun. 2012.

ROVINSKI, Sonia Liane Reichert; CRUZ, Roberto Moraes. **Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção**. São Paulo: Vetor, 2009.

#### c) Campus de Santo Ângelo

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito de família: Uma Abordagem Psicanalítica**. Belo Horizonte, MG, Del Rey, 1997.

BRITO, Leila Maria Torraca de. **Temas de psicologia jurídica**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2000.

PALOMBA, Guido Arturo. **Loucura e crime**. São Paulo, Fiúza Editores, 1996.

#### d) Campus de Santiago

BRITO, Leila Torraca de. **Temas de Psicologia Jurídica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

GONÇALVES, Hebe S. e outros. **Psicologia Jurídica no Brasil**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito de Família: uma abordagem psicanalítica**. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.

### 7. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

#### a) Campus de Erechim

BRITO, Leila Maria Torraca de (Org.). **Temas de psicologia jurídica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

CRUZ, Roberto Moraes; MACIEL, Saidy Karolin; RAMIREZ, Dario Cunha (Org.). **O trabalho do psicólogo no campo jurídico**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

GONÇALVES, Hebe Signorini; BRANDÃO, Eduardo Ponte (Org.). **Psicologia jurídica no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: NAU, 2005.

PALOMBA, Guido Arturo. **Loucura e crime**. São Paulo: Fiúza, 1996.

TABORDA, José G.V.; CHALUB, Miguel; ABDALLA-FILHO, Elias. **Psiquiatria forense**. Porto Alegre: Artmed, 2004.



## PLANO DE ENSINO

### b) Campus de Frederico Westphalen

FONSECA, Karina Prates da. **(Re)Pensando o crime como uma relação de antagonismo entre seus autores e a sociedade**. Psicologia: ciência e profissão, Brasília DF., v.26, n.4 , p. 532-547, dez. 2006.

LACERDA JUNIOR, José Cavalcante; HATTA, Mariana da Silva; SANTOS, Selma da Conceição dos. **Síndrome da alienação parental (SAP):** uma discussão teórica na psicologia jurídica. Ethos & Episteme: Revista de Ciências Humanas e Sociais da FSDB, Manaus, AM, v. 14 , p. 11-27, dez. 2011.

MAMELUQUE, Maria da Glória Caxito. **A subjetividade do encarcerado, um desafio para a psicologia**. Psicologia: ciência e profissão, Brasília DF., v.26, n.4 , p. 620-631, dez. 2006.

SANTOS, Hélène Rebeca Bautzer dos Santos. **Psicologia na área criminal**. 3.ed rev. Bauru, SP: Jalovi, 1979.

TRINDADE, Jorge. **Manual da psicologia jurídica: para operadores do direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogados, 2004.

### c) Campus de Santo Ângelo

ENRICO ALTAVILLA, Enrico. **Psicologia Jurídica**. Coimbra: Armênio Amado Editor, Vol. I 1981 e Vol. II 1982.

LOPES, Emilio Myra Y Lopes. **Manual de Psicologia**. São Paulo, Ed. Mestre Jou, 1967.

SILVA, Dalmo. **A Psicologia aplicada ao Direito e à Justiça**. Rio de Janeiro: BVZ Edições, 1993.

FLEIG, Mário (org.). **Psicanálise e sintoma social**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 1993.

SANTOS, Hélena Rebecca Baultzer dos. **Psicologia na área criminal**. Bauru, SP, Editora. 1979.

### d) Campus de Santiago

BRITO, Leila Torraca de. **Famílias e Separações: perspectivas da psicologia jurídica**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 1987.(5 exemplares)

GARCIA, Celio. **Psicologia Jurídica – operadores do simbólico**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

SILVEIRA, Raquel da Silva (orgs.). **Direito e Psicologia: o desafio da interdisciplinaridade**. Porto Alegre: Editora UniRitter, 2011.

ZIMERMAN. D. & COLTRO, A. C. M. **Aspectos Psicológicos da Atividade Jurídica**. Campinas: Milenium, 2002.

Documento gerado eletronicamente sob Nº.: 73fe3e53-7599-4a7a-8b06-d785790fcefd

A Universidade Regional Integrada declara que a veracidade deste documento está condicionada a verificação da sua autenticidade na internet no endereço <<http://portal.uri.br/corpore.net>> menu "Certificador de Relatórios"

Documento emitido em: 20/05/2024

Sua autenticidade pode ser confirmada por 30 dias a partir da data de emissão, tendo validade sem carimbo e assinatura.



## PLANO DE ENSINO

### DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

**Disciplina:** REALIDADE BRASILEIRA

**Código:** 73-400

**Carga Horária:** 60h (Teórica – 60) (Prática – 00)

**Créditos:** 04

**Pré-requisitos:**

#### 1. EMENTA:

Análise da Sociedade Brasileira em seus componentes econômicos, políticos, culturais, científicos e tecnológicos, investigando as raízes da atual situação e as saídas possíveis para os problemas nacionais. Análise das formas de participação política e da construção da cidadania nos dias atuais.

#### 2. OBJETIVOS:

Proporcionar conhecimentos básicos, oportunizando uma reflexão crítica acerca dos principais elementos que constituem a organização social brasileira.

#### 3. CONTEÚDOS CURRICULARES:

1. Análise da Conjuntura
2. Formação Econômico-Social do Brasil
3. O Brasil no Contexto Econômico Mundial
4. Colapso da modernidade brasileira e a proposta da modernidade ética.
5. A questão agrária e agrícola
6. A questão da saúde pública
7. A questão da comunicação social
8. A questão da educação
9. A questão da ecologia
10. A questão da cidadania

#### 4. METODOLOGIA:

Compreenderá atividades variadas tais como: aulas expositivas – dialogadas, trabalhos e estudos em grupo, atividades de pesquisa, organização e apresentação de seminários, entre outras.

#### 5. AVALIAÇÃO:

Será realizada de forma individual e em grupo, através de provas, trabalhos, seminários e participação em atividades do curso.

#### 6. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRUM, A. **Globalização, neoliberalismo e privatização**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

BECKER, Bertha; MIRANDA, Mariana (Org.). **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

#### 7. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GORCZEWSKI, CLOVIS. **Direitos Humanos, educação e cidadania: conhecer, educar, participar**. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2009.

MARTIN, Hans-Peter; SCHUMANN, Harald. **A armadilha da globalização: o assalto à democracia e ao bem-estar social**. 6. ed. São Paulo: Globo, 1999.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.



## PLANO DE ENSINO

SANTOS, R. E. dos (Org.). **Diversidade, espaço e relações étnico raciais:** o Negro na Geografia do Brasil. 2ª ed., Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2009.

VESENTINI, José William. **Novas geopolíticas:** as representações do século XXI. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

Documento gerado eletronicamente sob Nº.: 17301c98-c199-4fc9-86d5-694cbf288507

A Universidade Regional Integrada declara que a veracidade deste documento está condicionada a verificação da sua autenticidade na internet no endereço <<http://portal.uri.br/corpore.net>> menu "Certificador de Relatórios"

Documento emitido em: 20/05/2024

Sua autenticidade pode ser confirmada por 30 dias a partir da data de emissão, tendo validade sem carimbo e assinatura.



## PLANO DE ENSINO

### DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**Disciplina: Sociologia do Direito**

**Código: 66-151**

**Carga Horária: 30**

**Número de Créditos: 02 Créditos**

#### EMENTA:

Estuda a sociedade como fonte do Direito a partir das diferentes escolas sociológicas, na interpretação do Direito. Busca identificar as lutas pelo Direito na esfera social, considerando os vícios legais estabelecidos. Estuda os movimentos e o Direito como controle social e Fonte de justiça. Trata ainda da relação entre: Direito, estado e Sociedade.

#### OBJETIVOS:

- Compreender os fenômenos sociológicos a partir de conceitos básicos e da estrutura social estabelecida.
- Oportunizar discussões e debates sobre problemas sociais contemporâneos e as regras sociais.
- Situar o homem criticamente no tempo e no espaço em vista da identificação e desenvolvimento de propostas alternativas de relacionamento social para elevação do nível de vida dos grupos sociais.
- Estudar os fundamentos do direito como fato social e do desenvolvimento da sociedade.
- Aprofundar o estudo sobre relações sociais no Direito.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

##### 1. SOCIOLOGIA

- 1.1 Conceito, origem e desenvolvimento: breve relato, referente sociologia geral.
- 1.2 O ser humano como centro, razão de ser e finalidade de todo conhecimento.
- 1.3 A visão sociológica do fenômeno jurídico.
- 1.4 A autonomia da sociologia do direito como sociologia especial.

##### 2. O DIREITO COMO FATO SOCIAL

- 2.1 A norma jurídica como resultado e reflexo da realidade social.
- 2.2 A sociedade
- 2.3 Formação extralegislativa do direito

##### 3. A SOCIEDADE COMO FONTE DE DIREITO

- 3.1 A questão metodológica em sociologia
- 3.2 A sociologia jurídica
- 3.3 O direito como resposta dos comportamentos de desvio.

##### 4. SOCIEDADE E DIREITO

- 4.1 Os vários saberes jurídicos
- 4.2 O ser jurídico
- 4.3 O direito e demais normas
- 4.4 O direito e o poder social

##### 5. DIREITO E O PODER CONSTITUÍDO

- 5.1 Poder organizado da classe dominante
- 5.2 Quadro sociológico do direito
- 5.3 As mudanças sociais e o direito

##### 6. SOCIOLOGIA JURÍDICA ALTERNATIVA

- 6.1 A luta pelo direito na esfera social
- 6.2 Movimentos sociais: Emergência de novos sujeitos
- 6.3 Bacharéis em direito, crise de identidade sócio-profissional e mercado de trabalho.
- 6.4 Caminho para uma sociologia jurídica alternativa: condições e possibilidades.



## PLANO DE ENSINO

### 7. EFICÁCIA DAS NORMAS JURÍDICAS E SEUS EFEITOS SOCIAIS

- 7.1 Os efeitos e a eficácia das normas jurídicas
- 7.2 Os fenômenos da mudança social e sua repercussão
- 7.3 Vinculações com situações econômicas e grau de instrução

### 8. OS INSTRUMENTOS HUMANOS DE REALIZAÇÃO DA ORDEM JURÍDICA

- 8.1 Os magistrados: origem social, sua ideologia e formação
- 8.2 A justiça como organização
- 8.3 O ministério público
- 8.4 Legisladores: origem, condicionantes de seu comportamento, os agentes da administração

### 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 9.1 A revolução cultural contemporânea
- 9.2 Os ideais de justiça e sua permanência no mundo moderno
- 9.3 A noção de justiça e sua significação sociológica

### METODOLOGIA:

Os métodos utilizados são aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudo dirigido, fichamentos e produção textual.

### AValiação:

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ELVILICH, Eugen. Fundamentos da Sociologia do Direito. Trad. Renê Ernani Gertz. Brasília. Ed. UNB.  
FARIA, José Eduardo e CAMPILONGO, Celso Fernandes. A Sociologia Jurídica no Brasil. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2000.  
LUHMANN, Niklas. Sociologia do Direito I e II. Tradução de Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro..  
NETO, Machado. História das idéias jurídicas no Brasil. São Paulo: USP.  
RAMOS, Fernando Ribeiro. A Sociologia Jurídica no Brasil.  
SANTOS, Boaventura de Souza. A crítica da razão indolente contra o desperdício. São Paulo: Cortez, 2001.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARRUDA JÚNIOR, Edmundo Lima de. Introdução à Sociologia Jurídica Alternativa. São Paulo: Acadêmica, 2001.  
BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.  
BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996.  
DURKEIN, Emile. As regras do método sociológico. São Paulo: Martin Claret, 2000.

Documento gerado eletronicamente sob Nº.: c271c0ee-3594-4626-9e45-6203229596c4

A Universidade Regional Integrada declara que a veracidade deste documento está condicionada a verificação da sua autenticidade na internet no endereço <<http://portal.uri.br/corpore.net>> menu "Certificador de Relatórios"

Documento emitido em: 20/05/2024

Sua autenticidade pode ser confirmada por 30 dias a partir da data de emissão, tendo validade sem carimbo e assinatura.



## PLANO DE ENSINO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

PLANO DE ENSINO DA DISCIPLINA

SOCIOLOGIA GERAL

Código: 73-226 - Carga Horária Total: 60 h (Teórica 60h) – Créditos 04

### 1) EMENTA

Estuda os principais conceitos de modo amplo e geral numa perspectiva sociológica de análise do espaço sociocultural, a organização e estrutura de classes na sociedade, bem como as suas principais instituições sociais. Trata ainda das principais teoria sociológicas

### 2) OBJETIVO

Compreender os fenômenos sociológicos, através do estudo de conceitos básicos levando o aluno a entender a realidade social na qual está inserido.

### 3) CONTEÚDOS CURRICULARES

#### 3.1 Sociologia: Introdução ao Estudo da Sociedade

- 3.1.1 Definição de sociologia
- 3.1.2 Evolução histórica da sociologia
- 3.1.3 Ciência das relações sociais reais

#### 3.2 Sociologia Clássica

- 3.2.1 Augusto Comte
- 3.2.2 Émile Durkheim
- 3.2.3 Max Weber
- 3.2.4 Karl Marx

#### 3.3 Teorias Sociológicas

- 3.3.1 O que é teoria sociológica
- 3.3.2 Teoria estrutura- funcional
- 3.3.3 Teoria do materialismo histórico
- 3.3.4 Tendências teóricas da sociologia contemporânea

#### 3.4 Temas Relevantes de Estudos Sociológicos

- 3.4.1 Relação indivíduo-sociedade
- 3.4.2 Instituições
- 3.4.3 Controle social
- 3.4.4 Ideologias
- 3.4.5 Mudança social
- 3.4.6 Evolução, progresso, desenvolvimento
- 3.4.7 Os novos movimentos sociais
- 3.4.8 Perspectivas sociais na pós modernidade
- 3.4.9 Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-Brasileira e Africana
- 3.4.10 História e a Cultura Afro-Brasileira e Indígena
- 3.4.11 Educação para os Direitos Humanos

### 4) METODOLOGIA

Preleção sobre os temas que compõe o programa, debates em grupo com exercícios e reflexões e direcionadas às questões sociológicas além de leituras orientadas. Utilização de recursos audiovisuais para discutir diversos aspectos da sociedade sob o ponto de vista sociológico e pesquisa.

### 5) AVALIAÇÃO



## PLANO DE ENSINO

**1ª. Avaliação:** prova escrita com peso 7,0 mais avaliação através de seminário com peso 3,0.

**2ª Avaliação:** prova com peso 10,0.

**3ª. Avaliação:** Apresentação de trabalho – seminário – peso 8,0 mais trabalho com peso 2,0.

## 6) BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DEMO, Pedro. **Sociologia:** uma introdução crítica. 2ª.ed. São Paulo:Atlas, 1985.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia geral.** São Paulo : Atlas, 2009.

CHARON, Joel, M. **Sociologia.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

## 7) BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, Maria Cristina C. **Sociologia:** introdução à ciência da sociedade. São Paulo : Moderna. 2010.

MASI, Domenico de. **O futuro do trabalho:** fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympia; Brasília: Unb, 2000.

NOVA, Sebastião Vila. **Introdução à sociologia.** 6 ed. São Paulo: Ática, 2010.

GUARESCHI, Pedrinho Alcides. **Sociologia crítica:** alternativas de mudança. 61 ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2008. Editores.

DEMO, Pedro. **Introdução à sociologia:** complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. São Paulo: Atlas, 2002. 196 p.

Documento gerado eletronicamente sob Nº.: 1bda36de-27d3-4756-bfb4-c6220630d235

A Universidade Regional Integrada declara que a veracidade deste documento está condicionada a verificação da sua autenticidade na internet no endereço <<http://portal.uri.br/corpore.net>> menu "Certificador de Relatórios"

Documento emitido em: 20/05/2024

Sua autenticidade pode ser confirmada por 30 dias a partir da data de emissão, tendo validade sem carimbo e assinatura.



## PLANO DE ENSINO

### DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**Disciplina:** Teoria Geral do Processo

**Código:** 66-208

**Carga Horária:** 60

**Número de Créditos:** 04 Créditos

**Pré-requisitos:** 66-185

#### EMENTA:

Sociedade e tutela jurídica. Processo e Direito Processual. Denominação, autonomia e divisão do Direito Processual. Princípios gerais do Direito Processual. Direito Processual Constitucional. Direito Constitucional Processual: objeto e natureza. Fontes da norma processual. Eficácia da lei processual. Interpretação da lei processual. Jurisdição. Competência. Ação. Exceção. Processo.

#### OBJETIVOS:

- A disciplina tem como objetivo uma visão geral da Teoria Geral do Processo, fornecendo-lhes noções a respeito de tutela jurídica, processo e direito processual, jurisdição, competência e ação, as quais serão aprofundadas no decorrer do Curso;
- Despertar o interesse pelo estudo do Direito Processual, demonstrando a necessidade de conhecer a Teoria Geral do Processo como base para o desenvolvimento satisfatório das disciplinas de conteúdo processual, nas áreas cível, penal e trabalhista, a serem analisadas no futuro.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

##### 1 SOCIEDADE E TUTELA JURÍDICA

- 1.1 Sociedade e Direito
- 1.2 Conflitos e insatisfações
- 1.3 Da autotutela à jurisdição
- 1.4 A função estatal pacificadora
- 1.5 Meios alternativos de pacificação social
- 1.6 Autotutela, autocomposição e arbitragem
- 1.7 Controle jurisdicional indispensável
- 1.8 Acesso a justiça

##### 2 O PROCESSO E O DIREITO PROCESSUAL

- 2.1 As funções do Estado moderno
- 2.2 Legislação e jurisdição
- 2.3 Direito material e direito processual
- 2.4 A instrumentalidade do processo
- 2.5 Linhas evolutivas

##### 3 DENOMINAÇÃO, AUTONOMIA E DIVISÃO DO DIREITO PROCESSUAL

##### 4 PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO PROCESSUAL

- 4.1 Conceito
- 4.2 Princípio da imparcialidade do juiz
- 4.3 Princípio da igualdade
- 4.4 Princípios do contraditório e da ampla defesa
- 4.5 Princípio da ação - processos inquisitivo e acusatório
- 4.6 Princípios da disponibilidade e da indisponibilidade
- 4.7 Princípio dispositivo e princípio da livre investigação das provas - verdade formal e verdade real
- 4.8 Princípio do impulso oficial
- 4.9 Princípio da oralidade
- 4.10 Princípio da persuasão racional do juiz
- 4.11 Princípio da motivação das decisões judiciais
- 4.12 Princípio da publicidade



## **PLANO DE ENSINO**

- 4.13 Princípio da lealdade processual
- 4.14 Princípios da economia e da instrumentalidade das formas
- 4.15 Princípio do duplo grau de jurisdição

## **5 DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL**

### **6 NORMA PROCESSUAL: OBJETO E NATUREZA**

- 6.1 Norma material e norma processual
- 6.2 Objeto da norma processual
- 6.3 Natureza da norma processual

### **7 FONTES DA NORMA PROCESSUAL**

- 7.1 Fontes do Direito em geral
- 7.2 Fontes abstratas
- 7.3 Fontes concretas

### **8 EFICÁCIA DA LEI PROCESSUAL**

- 8.1 Dimensões da norma processual
- 8.2 Eficácia da norma processual no espaço
- 8.3 Eficácia da norma processual no tempo

### **9 INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL**

- 9.1 Métodos e resultados
- 9.2 Interpretação e integração

### **10 JURISDIÇÃO**

- 10.1 Conceito e características
- 10.2 Jurisdição, legislação e administração
- 10.3 Princípios e poderes inerentes à jurisdição
- 10.4 Extensão da jurisdição
- 10.5 Espécies de jurisdição
- 10.6 Limites da jurisdição
- 10.7 Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária
- 10.8 Funções, estrutura e órgãos do Poder Judiciário

### **11 COMPETÊNCIA**

- 11.1 Conceito
- 11.2 Distribuição da competência
- 11.3 Órgãos judiciais diferenciados
- 11.4 Competência absoluta e relativa

### **12 AÇÃO**

- 12.1 Conceito
- 12.2 Teorias referentes à ação
- 12.3 Análise crítica das várias teorias
- 12.4 Natureza jurídica da ação
- 12.5 Condições da ação
- 12.6 Carência de ação
- 12.7 Identificação da ação
- 12.8 Classificação das ações

### **13 EXCEÇÃO**

- 13.1 Bilateralidade da ação e do processo
- 13.2 Exceção



## PLANO DE ENSINO

13.3 Natureza jurídica

13.4 Classificação das exceções

### 14 PROCESSO

14.1 Processo e procedimento

14.2 Natureza jurídica do processo

14.3 Sujeitos da relação jurídica processual

14.4 Objeto da relação processual

14.5 Pressupostos da relação processual

14.6 Características e autonomia da relação processual

14.7 Espécies de processo

14.8 Ética processual

### METODOLOGIA:

Os métodos utilizados são aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudo dirigido, fichamentos e produção textual.

### AValiação:

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo. et al. Teoria Geral do Processo. 16 ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Álvaro de. Elementos para uma nova Teoria Geral do Processo. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

SILVA, Ovídio A. Baptista da. Curso de Processo Civil: processo de conhecimento. 4 ed. rev. e atual. São Paulo: RT, 1998.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. Cadernos de processo civil: jurisdição, ação e processo. São Paulo : LTr, 1999.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. O Novo Processo Civil Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

CARNELUTTI, Francesco. Tradução de Hiltomar Martins Oliveira. Sistema de Direito Processual Civil. São Paulo: Classic Book, 2000.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

MARQUES, José Frederico. Manual de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2001.

SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras linhas de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2002.

Documento gerado eletronicamente sob N°. : 1bfe4c87-14dd-46f4-89c7-c7353af4a215

A Universidade Regional Integrada declara que a veracidade deste documento está condicionada a verificação da sua autenticidade na internet no endereço <<http://portal.uri.br/corpore.net>> menu "Certificador de Relatórios"

Documento emitido em: 20/05/2024

Sua autenticidade pode ser confirmada por 30 dias a partir da data de emissão, tendo validade sem carimbo e assinatura.



## PLANO DE ENSINO

### DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**Disciplina:** Tópicos de Estatuto da Cidade

**Código:** 60-306

**Carga Horária:** 30

**Número de Créditos:** 02 Créditos

**Pré-requisitos:** 66-189

### EMENTA:

Estudo da Lei 10.257 (Estatuto da Cidade), nos aspectos relacionados com o Direito Urbanístico, organização do município, propriedade urbana e sua função social, gestão democrática da cidade, IPTU progressivo e parcelamento, edificação e utilização do solo urbano.

### OBJETIVOS:

- Desenvolver um estudo dos aspectos da Lei 10.257 (Estatuto da Cidade), no que tange ao Direito Urbanístico, organização do município, propriedade urbana e sua função social, gestão democrática da cidade, IPTU progressivo e parcelamento, edificação e utilização do solo urbano.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1 DIREITO URBANÍSTICO - A CIDADE LEGAL
- 2 ORIGENS E EVOLUÇÃO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO
- 3 ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO
- 4 AUTONOMIA DO MUNICÍPIO
- 5 COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO
- 6 POLÍTICA URBANA MUNICIPAL E O ESTATUTO DA CIDADE
- 7 INSTRUMENTOS DA POLÍTICA URBANA NO ESTATUTO DA CIDADE
- 8 A PROPRIEDADE URBANA E SUA FUNÇÃO SOCIAL
- 9 DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE
- 10 DO IPTU PROGRESSIVO NO ESTATUTO DA CIDADE
- 11 PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO E UTILIZAÇÃO DO SOLO URBANO NO ESTATUTO DA CIDADE
- 12 USUCAPIÃO ESPECIAL DO SOLO URBANO
- 13 DO PLANO DIRETOR À LUZ DO ESTATUTO DA CIDADE

### METODOLOGIA:

Os métodos utilizados são aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudo dirigido, fichamentos e produção textual.

### AValiação:

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL, Constituição Federal de 1988.

BRASIL, LEI 10.257/2001 - Estatuto da Cidade.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Estatuto da Cidade Comentado. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2002.

FLORES, Patrícia Teixeira Rezende e SANTOS, Bernadete. Comentários ao Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro, Del Rey Editores, 2002.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTRO, José Nilo de. Direito Municipal Positivo. 3 ed., Rio de Janeiro. Del Rey Editores, 1996.

MEIRELLES, Helly Lopes. Direito Municipal Brasileiro. 9 ed., São Paulo, Malheiros Editores, 1998.



## PLANO DE ENSINO

Documento gerado eletronicamente sob Nº.: 3db9938c-2e2c-42f7-8bf8-791638d47b71

A Universidade Regional Integrada declara que a veracidade deste documento está condicionada a verificação da sua autenticidade na internet no endereço <<http://portal.uri.br/corpore.net>> menu "Certificador de Relatórios"

Documento emitido em: 20/05/2024

Sua autenticidade pode ser confirmada por 30 dias a partir da data de emissão, tendo validade sem carimbo e assinatura.



## PLANO DE ENSINO

### DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**Disciplina: Filosofia do Direito**

**Código: 66-152**

**Carga Horária: 30**

**Número de Créditos: 02 Créditos**

#### **EMENTA:**

Determinação da índole filosófica do Direito. Visão crítica do fenômeno jurídico e dos elementos que integram a experiência jurídica. Análise do problema axiológico jurídico. O conceito de justiça. Visão geral das manifestações históricas do valor Justiça. Estudo dos pressupostos filosóficos que fundamentam a ciência jurídica.

#### **OBJETIVOS:**

- Desenvolver estudo de forma crítica sobre a Filosofia do Direito, estabelecendo relações entre: Filosofia, Direito e Política.
- Estabelecer uma relação entre filosofia prática (ética e política) com o direito.
- Abordar o conceito de justiça na tradição histórica da filosofia.

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

##### **1. OBJETO DA FILOSOFIA**

- 1.1 Autonomia da Filosofia
- 1.2 Graduação do conhecimento: o conhecimento vulgar e o conhecimento científico
- 1.3 Do conhecimento quanto à origem
- 1.4 Do conhecimento quanto à essência

##### **2. DETERMINAÇÃO DA ÍNDOLE FILOSÓFICA DO DIREITO**

- 2.1 Ciência e filosofia
- 2.2 Filosofia do Direito
- 2.3 Filosofia do Direito e método
- 2.4 Panorama do pensamento jurídico contemporânea

##### **3. A ABORDAGEM HISTÓRICA DA FILOSOFIA DO DIREITO**

- 3.1. Na Grécia
- 3.2. Na Idade Média
- 3.3. Na Idade Moderna
- 3.4. Positivismo jurídico e Direito natural

##### **4. FUNDAMENTAÇÃO DO DIREITO POSITIVO**

- 4.1. No Direito natural
- 4.2. Na moral
- 4.3. Na força
- 4.4. No Direito como técnica social

##### **5. A NATUREZA DO DIREITO**

- 5.1. Conceitos fundamentais
- 5.2. Dever jurídico
- 5.3. Ato jurídico
- 5.4. Intenção e responsabilidade
- 5.5. Filosofia do Direito e Ciência do Direito

##### **6. TEORIA TRIDIMENCIONAL DO DIREITO**

- 6.1 O termo "Direito" e sua tríplice perspectiva histórica
- 6.2 Normatividade e historicidade do direito
- 6.3 Fundamento, eficácia e vigência.



## PLANO DE ENSINO

### 7. FILOSOFIA DO DIREITO E POLÍTICA DO DIREITO

#### METODOLOGIA:

Os métodos utilizados são aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudo dirigido, fichamentos e produção textual.

#### AVALIAÇÃO:

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOBBIO, Norberto. Positivismo Jurídico. São Paulo: Ícone, 1996.  
GUSMÃO, Paulo Dourado de. Filosofia do direito. Rio de Janeiro: Forense, 1994.  
HEGEL, G. W. F. Princípios de filosofia do direito. São Paulo: Martins Fontes, 1997.  
KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 2000.  
RAWLS, John. Uma teoria da justiça. São Paulo: Martins Fontes, 1997.  
REALE, Miguel. Filosofia do direito. São Paulo: Saraiva, 1996.  
ARISTÓTELES. Ética à nicomacos. Brasília: UnB, 1997.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHAÏM, Perelman. Ética e Direito. São Paulo: Martins/Fontes, 1996.  
CORREA, Darcício. A reconstrução da cidadania. Ijuí: UNIJUÍ, 2000.  
KELSEN, Hans. O problema da justiça. São Paulo: Martins Fontes, 1996.  
OLIVEIRA, Frederico Abrahão de. Filosofia do direito ocidental: momentos decisivos. Porto Alegre: Sagra, 1996.  
HOBBES, Thomas. Leviatã. São Paulo: Abril Cultural, 1974.  
NEDEL, José. Ética, direito e justiça. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1988.

Documento gerado eletronicamente sob Nº.: 4d765a7c-9fb5-4c48-b9c6-a6ea1d6e2901

A Universidade Regional Integrada declara que a veracidade deste documento está condicionada a verificação da sua autenticidade na internet no endereço <<http://portal.uri.br/corpore.net>> menu "Certificador de Relatórios"

Documento emitido em: 20/05/2024

Sua autenticidade pode ser confirmada por 30 dias a partir da data de emissão, tendo validade sem carimbo e assinatura.



## PLANO DE ENSINO

### DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**Disciplina:** Hermenêutica Jurídica

**Código:** 60-312

**Carga Horária:** 30

**Número de Créditos:** 02 Créditos

**Pré-requisitos:** 66-185

### EMENTA:

Conceito e relação da hermenêutica com a interpretação, aplicação e integração do direito. Crítica formal e substancial da norma jurídica. Momentos políticos jurídicos na busca da norma justa. Escolas hermenêuticas do Direito.

### OBJETIVOS:

- Coordenar uma reflexão teórico-crítica em relação aos princípios científicos, conteúdos, sentidos e funções das normas jurídicas;
- Estimular a formação de uma consciência jurídica que valorize o sentimento de justiça e a solidariedade social.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

#### 1. CONCEITO DE HERMENÊUTICA

#### 2. DISTINÇÃO ENTRE AS NOÇÕES DE HERMENÊUTICA, INTERPRETAÇÃO, APLICAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO DIREITO

#### 3. NORMA JURÍDICA

3.1. Crítica formal

3.2. Crítica substancial

#### 4. MOMENTOS POLÍTICOS JURÍDICOS NA BUSCA DA NORMA JUSTA

4.1. A fase da auscultação dos interesses e necessidades sociais

4.2. A fase da convicção

4.3. A fase das proposições

4.4. A fase estética funcional da normatização

#### 5. ESCOLAS HERMENÊUTICAS

5.1. Escolas de estrito legalismo ou dogmatismo

5.2. Escolas de reação ao legalismo ou dogmatismo

5.3. Escolas abertas a uma interpretação mais livre do direito

#### 6. A POLITICIDADE DO DIREITO

6.1. O direito como instância Jurídica da sociedade

6.2. O sentido político do direito no contexto da sociedade

6.3 Análise crítica do tabu da neutralidade jurídica

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AZEVEDO, Paulo Faraco de. Método e Hermenêutica material do direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

HERKENHOFF, João Batista. Como aplicar o direito. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

MELO, Osvaldo Ferreira de. Temas atuais de Política do Direito. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1998.

MAILLÉ, Michel. Introdução crítica ao direito. Lisboa: Estampa, 1994.

STRECK, Lênio Luiz. Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do direito. 2.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.



## PLANO DE ENSINO

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROS, Wellington Pacheco. A interpretação sociológica do direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1995.

DALLARI, Dalmo de Abreu. O poder dos juízes. São Paulo: Saraiva, 1996.

HERKENHOF, João Batista. O direito dos códigos e o direito da vida. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1993.

RÃO, Vicente. O direito e a vida dos direitos. 4 ed. São Paulo: RT, 1997.

RAWLS, John. Uma teoria de justiça. Brasília: UNB, 1981.

Documento gerado eletronicamente sob Nº.: 9143ec59-0982-448a-b134-0844ee931a9a

A Universidade Regional Integrada declara que a veracidade deste documento está condicionada a verificação da sua autenticidade na internet no endereço <<http://portal.uri.br/corpore.net>> menu "Certificador de Relatórios"

Documento emitido em: 20/05/2024

Sua autenticidade pode ser confirmada por 30 dias a partir da data de emissão, tendo validade sem carimbo e assinatura.



## PLANO DE ENSINO

### DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**Disciplina: História do Direito - A**

**Código: 60-318**

**Carga Horária: 30**

**Número de Créditos: 02 Créditos**

#### EMENTA:

Visão Analítico-Sintética da formação e evolução do direito em suas Instituições Político-Sociais, bem como de suas doutrinas, desde sua origem até nossos dias, aprofundando mais nas que direcionam e consolidam o direito da contemporaneidade.

#### OBJETIVOS:

- Levar o aluno a uma viagem ao passado para poder compreender a origem do direito em seu verdadeiro nascedouro e sua evolução no tempo e no espaço.
- Estudar e refletir sobre os tipos de organizações sociais, a administração da Justiça, quais os valores tutelados a partir das comunidades primitivas até contemporaneidade.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

##### 1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

- 1.1. A Idéia de História
- 1.2. Conceito operacional de História
- 1.3. Concepção de História: o voluntarismo, os determinismos, o efetivismo
- 1.4. A idéia de História do Direito: objetivo da disciplina

##### 2. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO NAS COMUNIDADES PRIMITIVAS

- 2.1. Propriedade coletiva e privada
- 2.2. Os laços de parentesco(clã)
- 2.3. A distribuição do Poder

##### 3. O CÓDIGO DE HAMURABI

- 3.1. Principais dispositivos
- 3.2. Valores tutelados
- 3.3. A administração da Justiça

##### 4. A LEGISLAÇÃO MOSAICA

- 4.1. influência religiosa
- 4.2. Os valores tutelados
- 4.3. Organização social
- 4.4. A administração da Justiça

##### 5. O CÓDIGO DE MANU

- 5.1. Organização social
- 5.2. A administração da Justiça
- 5.3. Valores tutelados

##### 6. O DIREITO NA GRÉCIA ANTIGA

- 6.1. A legislação de Drácon e de Sólon
- 6.2. Administração Pública
- 6.3. Classes Sociais
- 6.4. A administração da Justiça

##### 7. O DIREITO EM ROMA

- 7.1. Principais instituições



## **PLANO DE ENSINO**

7.2. Organização social

7.3. Valores tutelados

7.4. Influências nas legislações modernas

8. O ALCORÃO

8.1. Contexto social e religioso

8.2. Administração da Justiça

8.3. Valores protegidos

9. A MAGNA CARTA

9.1. Contexto social

9.2. Direitos e garantias

9.3. Influências nas legislações modernas

10. BECCARIA

10.1. Dos delitos e das penas

10.2. O sistema de Direito Penal: propostas

10.3. Os castigos e sua proporcionalidade

10.4. Influência nas legislações penais modernas

11. DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM

11.1. Código de Napoleão

11.2. Contexto social

11.3. Princípios básicos

11.4. O iluminismo e sua influência

11.5. O liberalismo

11.6. Principais características do Código de Napoleão

12. HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS: A formação do Direito Ocidental

12.1. Contribuição do Direito Germânico

12.2. Contribuição do Direito Romano

12.3. Contribuição do Direito Canônico

12.4. O Direito Costumeiro

12.5. As famílias do Common law e do Direito Continental

12.6. O desenvolvimento e evolução do Direito Ocidental

13. OS ASPECTOS MAIS RELEVANTES DO DIREITO LUSO-BRASILEIRO

13.1. O Direito ibérico-luso

13.2. O Direito do Brasil colônia

13.3. O Direito no Brasil Império

13.4. O Direito no Brasil República

14. AS CONSTITUIÇÕES DO BRASIL

14.1. Principais características

14.2. Valores tutelados

14.3. A distribuição da Justiça

14.4. O Código Civil

15. A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM

15.1. Contexto social

15.2. As principais garantias individuais e coletivas

15.3. Influências nas codificações atuais

## **METODOLOGIA:**



## PLANO DE ENSINO

Os métodos utilizados são aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudo dirigido, fichamentos e produção textual.

### AValiação:

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAETANO, Marcello. História do direito português: direito público. 1140-1495. 3 ed. São Paulo : Verbo, 1992.

CARMIGNANI, Maria Cristina da Silva. A origem romana da tutela antecipada. São Paulo: LTr, 2000.

COSTA, Mário Júlio de Almeida. História do direito português. 2 ed. Coimbra: Almedina, 1992.

CRETELLA JÚNIOR, J. Curso de direito romano: o direito romano e o direito civil brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

\_\_\_\_\_. Curso de Direito Romano. 23.ed. Rio de Janeiro, 2000.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FILARDI, Luiz Antonio. Curso de Direito Romano. São Paulo: Atlas, 1999.

GIORDANI, Mário Curtis. História da Grécia. Petrópolis : Ed. Vozes, 1972.

GUIMARÃES, Affonso Paulo. Noções de Direito Romano. Porto Alegre: Síntese, 1999.

MARKY, Thomas. Curso elementar de Direito Romano. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

PINHEIRO, Ralph Lopes. História resumida do direito. 5 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca da Universidade Estácio de Sá, 1995.

Documento gerado eletronicamente sob Nº.: 8121387d-1632-4465-96e8-07b3baf4fd8c

A Universidade Regional Integrada declara que a veracidade deste documento está condicionada a verificação da sua autenticidade na internet no endereço <<http://portal.uri.br/corpore.net>> menu "Certificador de Relatórios"

Documento emitido em: 20/05/2024

Sua autenticidade pode ser confirmada por 30 dias a partir da data de emissão, tendo validade sem carimbo e assinatura.



## PLANO DE ENSINO

### DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**Disciplina:** Introdução ao Direito I

**Código:** 66-184

**Carga Horária:** 60

**Número de Créditos:** 04 Créditos

#### EMENTA:

Estudo do Conceito de Direito e da norma jurídica. Classificação das normas jurídicas. Apresentação das fontes do Direito. Vigência e eficácia das leis. A Hermenêutica Jurídica: aplicação e integração do Direito. Aplicação da lei no tempo e no espaço.

#### OBJETIVOS:

- Analisar a problemática do Direito dentro de uma visão de conjunto, a partir de suas raízes históricas, sociológicas e filosóficas;
- Estudar e refletir sobre as noções, conceitos e princípios fundamentais necessários ao raciocínio jurídico e a compreensão do Direito na totalidade de seus aspectos;
- Encorajar o grupo de Estudantes a uma postura permanentemente crítica, aberta e profunda em torno de questões Jurídicas relevantes.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

##### O CONCEITO DE DIREITO

- 1.1 Origem do vocábulo Direito
- 1.2 Pluralidade de significação do Direito
- 1.3 Direito como Ciência
- 1.4 Ética e Direito
- 1.5 A Teoria do Direito

##### ELEMENTOS FORMAIS E CONSTITUTIVOS DO DIREITO

- 1.6 Conceituações
- 1.7 Elementos do direito e idéia de justiça
- 1.8 A matéria social e a técnica jurídica
- 1.9 Características normativas e a coercibilidade
- 1.10 A Coercibilidade
- 1.11 Coação e Sanção

##### O DIREITO COMO FENÔMENO CULTURAL

- 1.12 O Direito como processo cultural
- 1.13 Historicidade do Direito
- 1.14 A Interdisciplinaridade e saber jurídico

##### A IDÉIA DE JUSTIÇA

- 1.15 Noção de Justiça
- 1.16 Área de atuação da justiça
- 1.17 Equidade
- 1.18 Formas de justiça

##### FONTES DO DIREITO

- 1.19 Teoria das fontes
- 1.20 Espécie de fontes
- 1.21 Fontes não-estatais



## PLANO DE ENSINO

- 1.22 Fontes negociais
- 1.23 Fontes formais e materiais, perspectivas filosóficas, sociológicas e jurídicas

### LEI

- 1.24 Sentido e acepções da palavra
- 1.25 Definição
- 1.26 Elementos
- 1.27 A Lei em geral
- 1.28 As diversas espécies de Lei

### ORDENAMENTO JURÍDICO

- 1.29 Conceito
- 1.30 Divisão público e privado
- 1.31 Direitos difusos
- 1.32 Normas transnacionais
- 1.33 Os vários ramos jurídicos

### O DISCURSO JURÍDICO EM SUAS PERSPECTIVAS

- 1.34 Perspectiva dogmática
- 1.35 Perspectiva filosófica
- 1.36 Perspectiva sociológica

### METODOLOGIA:

Os métodos utilizados são aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudo dirigido, fichamentos e produção textual.

### AValiação:

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução à ciência do Direito. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2001.  
CRETELLA JUNIOR, José. Primeiras lições de direito. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.  
KELSEN, Hans. Teoria geral das normas. Porto Alegre: Fabris, 1986.  
REALE, Miguel. Lições preliminares de Direito. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.  
DALLARI, Dalmo de Abreu. O que são direitos da pessoa. 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAÚJO, Vandyck Nóbrega de. Fundamentos aristotélicos do direito natural. Porto Alegre: Fabris, 1988.  
GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução ao estudo de Direito. 19 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.  
MONTORO, André Franco. Introdução à ciência do Direito. 25 ed. São Paulo: RT, 2000.  
NADER, Paulo. Introdução ao estudo de Direito. Rio de Janeiro: Forense, 1992.  
NÓBREGA JÚNIOR, Flóscolo. Introdução ao Direito. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 1987.



## PLANO DE ENSINO

Documento emitido em: 20/05/2024

Sua autenticidade pode ser confirmada por 30 dias a partir da data de emissão, tendo validade sem carimbo e assinatura.



## PLANO DE ENSINO

### DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**Disciplina:** Introdução ao Direito II

**Código:** 66-185

**Carga Horária:** 60

**Número de Créditos:** 04 Créditos

**Pré-requisitos:** 66-184

#### EMENTA:

Estudo da relação jurídica. Fundamentação ontológica do direito subjetivo. O Direito e a justiça. As correntes doutrinárias do Direito. Validade da norma jurídica face às várias correntes da doutrina.

#### OBJETIVOS:

- Analisar a problemática do direito dentro de uma visão de conjunto, a partir de suas raízes históricas, sociológicas e filosóficas;
- Estudar e refletir as noções, conceitos e princípios fundamentais necessários ao raciocínio jurídico e a compreensão do direito na totalidade de seus aspectos;
- Encorajar o grupo de estudantes a uma postura permanentemente crítica, aberta e profunda, em torno de questões jurídicas relevantes.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

##### 1. COSTUME JURÍDICO

- 1.1 Costume como fonte de Direito
- 1.2 Elementos
- 1.3 Espécies

##### 2. JURISPRUDÊNCIA

- 2.1 Definições
- 2.2 A tópica Aristotélica e a Jurisprudência
- 2.3 A Jurisprudência como fonte do direito
- 2.4 As súmulas dos tribunais
- 2.5 A súmula vinculante

##### 3. DOUTRINA

- 3.1 Conceituação
- 3.2 Como fonte do direito
- 3.3 A doutrina e a função social da norma jurídica
- 3.4 A doutrina e a decidibilidade

##### 4. DIREITO OBJETIVO E SUBJETIVO

- 4.1 Definições
- 4.2 Elementos
- 4.3 Para a escola tradicional
- 4.4 Para Pontes de Miranda
- 4.5 Visão de Hans Kelsen

##### 5. CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS JURÍDICAS

- 5.1 Quanto à hierarquia
- 5.2 Quanto às fontes
- 5.3 Quanto à imperatividade
- 5.4 Quanto à vontade das partes
- 5.5 Quanto ao âmbito espacial



## **PLANO DE ENSINO**

- 5.6 Quanto à sanção
- 5.7 Classificação de Garcia Maynes

### **6. RELAÇÃO LÓGICA DE APLICABILIDADE DAS NORMAS**

- 6.1 Zetética da aplicação dogmática
- 6.2 Conceito de relação jurídica
- 6.3 Elementos da relação jurídica
- 6.4 Sujeitos de direito
- 6.5 Vínculo de atributividade
- 6.6 Fato propulsor
- 6.7 Proteção jurídica
- 6.8 Pretensão de direito material
- 6.9 Pretensão processual
- 6.10 Tutela jurisdicional

### **7. APLICAÇÃO DAS NORMAS NO TEMPO E NO ESPAÇO**

- 7.1 Conceituação
- 7.2 Lei de Introdução ao Código Civil
- 7.3 Vigência no tempo e no espaço
- 7.4 Lacunas
- 7.5 A figura da integração

### **8. FUNDAMENTOS DO DIREITO**

- 8.1 Escolas do Direito
- 8.2 Jusnaturalismo
- 8.3 Exegetismo
- 8.4 Historicismo
- 8.5 Positivismo
- 8.6 Sociologismo
- 8.7 Normativismo
- 8.8 Egologismo
- 8.9 Teoria Tridimensional
- 8.10 Teoria da Linguagem
- 8.11 O pensamento de Bobbio
- 8.12 Teoria da Decidibilidade
- 8.13 Aspectos Epistemológicos do discurso jurídico

### **METODOLOGIA:**

Os métodos utilizados são aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudo dirigido, fichamentos e produção textual.

### **AValiação:**

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução à ciência do Direito. São Paulo: Saraiva, 1993.  
CRETELLA JUNIOR, José. Primeiras lições de direito. Rio de Janeiro: Forense, 1995.



## PLANO DE ENSINO

KELSEN, Hans. Teoria geral das normas. Porto Alegre: Fabris, 1986.

NADER, Paulo. Introdução ao estudo de Direito. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

DALLARI, Dalmo de Abreu. O que são direitos da pessoa. São Paulo: Brasiliense, 1986

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução ao estudo de Direito. 15 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

MONTORO, André Franco. Introdução à ciência do Direito. 23 ed. São Paulo: RT, 1995.

REALE, Miguel. Lições preliminares de Direito. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

POLETTI, Ronaldo. Introdução ao Direito. São Paulo: Saraiva, 1991.

SOARES, Orlando. Introdução ao estudo de Direito. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

Documento gerado eletronicamente sob N°.: fbb9fd88-cebf-4642-bb1c-ff79940eed8d

A Universidade Regional Integrada declara que a veracidade deste documento está condicionada a verificação da sua autenticidade na internet no endereço <<http://portal.uri.br/corpore.net>> menu "Certificador de Relatórios"

Documento emitido em: 20/05/2024

Sua autenticidade pode ser confirmada por 30 dias a partir da data de emissão, tendo validade sem carimbo e assinatura.



## PLANO DE ENSINO

### DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**Disciplina:** Juizados Especiais

**Código:** 60-310

**Carga Horária:** 30

**Número de Créditos:** 02 Créditos

**Pré-requisitos:** 66-209

### EMENTA:

Análise dos Juizados Especiais: histórico, objetivos e conceitos básicos - Legislação Federal e Estadual, bem como estrutura, competência e procedimentos específicos.

### OBJETIVOS:

- Estudar os Juizados Especiais: histórico, objetivos e conceitos básicos, a estrutura, competência e procedimentos específicos.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

#### 1 HISTÓRICO

#### 2 CONCEITO

#### 3 DA COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

3.1 Do Juiz, dos conciliadores e dos juízes leigos

3.2 Das partes

3.3 Dos atos processuais

3.4 Do pedido

3.5 Das citações e intimações

3.6 Da revelia

3.7 Da conciliação e do juízo arbitral

3.8 Da instrução e do julgamento

3.9 Da resposta do réu

3.10 Das provas

3.11 Da sentença

3.12 Dos embargos de declaração

3.13 Da extinção do processo sem julgamento do mérito

3.14 Da Execução

3.15 Das despesas

3.16 Das considerações finais

#### 4 DA COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS

4.1 Dos atos processuais

4.2 Da fase preliminar

4.3 Do procedimento sumaríssimo

4.4 Da execução

4.5 Das despesas processuais

### METODOLOGIA:

Os métodos utilizados são aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudo dirigido, fichamentos e produção textual.

### AValiação:

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção



## PLANO DE ENSINO

textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SALVADOR, Antonio Rafael Silva. Juizados Especiais Cíveis. São Paulo: Atlas, 2000.

SANTOS, Luiz Gonzaga. Manual dos Juizados Especiais Cíveis. São Paulo: Atlas, 2000.

SILVA, Luiz Cláudio. Os Juizados Especiais Cíveis na doutrina e na prática forense. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2000.

MACEDO JÚNIOR, Francisco Luis & ANDRADE, Antonio Marcelo Rogoski. Manual de Conciliação - Aspectos Jurídicos e Psicológicos. Curitiba: Juruá, 1999.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARNEIRO, Athos Gusmão. Audiência de instrução e julgamento e audiências preliminares. Rio de Janeiro: Forense, 2002

MOORE, Christopher W. O processo de mediação. Porto Alegre, Artmed, 1998.

NERY JUNIOR, Nelson & NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil Comentado. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais. 2001

PORTANOVA, Rui. Princípios do Processo Civil. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

Documento gerado eletronicamente sob Nº.: c3eead58-f225-4161-8c0a-d121d817fe83

A Universidade Regional Integrada declara que a veracidade deste documento está condicionada a verificação da sua autenticidade na internet no endereço <<http://portal.uri.br/corpore.net>> menu "Certificador de Relatórios"

Documento emitido em: 20/05/2024

Sua autenticidade pode ser confirmada por 30 dias a partir da data de emissão, tendo validade sem carimbo e assinatura.



## PLANO DE ENSINO

**DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES**

**DISCIPLINA: LINGUA PORTUGUESA**

**CÓDIGO: 81-101**

**CARGA HORÁRIA: 60 h**

**CRÉDITOS: 04**

### 1. EMENTA

Aprimoramento da leitura compreensiva, interpretativa e crítica de textos persuasivos, informativos e técnicos, tendo em vista a produção dessas tipologias textuais, em conformidade com a gramática de uso.

### 2. OBJETIVOS GERAIS

- Oferecer subsídios de Língua Portuguesa aos estudantes, afim de que possam pensar, falar e escrever com mais clareza, concisão, coerência e ênfase.
- Auxiliar os estudantes no sentido de saberem usar a língua para estruturar melhor seus pensamentos, nas falas e suas escritas, enfim na comunicação.

### 3. CONTEÚDOS CURRICULARES

**Prática da leitura para:** Perceber ideias básicas do texto; Interpretar fatos e fazer relações; Desvelar contradições subjacentes ao texto; Posicionar-se frente ao texto lido; Preparar a produção de texto oral e escrito.

**Tipologia textual:** Textos formativos; Textos informativos; Textos técnicos.

**Produção textual (oral e escrita):** Produção de textos adequados à finalidade, à situação e ao destinatário; Produção de textos: Narrativos; Descritivos; Dissertativos; Produção de textos que circulam no meio social; Textos publicitários; Textos instrucionais; Textos técnicos.

**Análise Linguística do texto produzido pelo aluno, compreendendo:** Aspectos da estrutura textual interna; Aspectos de ordem morfosintática; Aspectos de ordem fonológica.

### 4. METODOLOGIA

Aulas expositivo-dialogadas com apoio de multimídia; exercícios de produção textual; leituras dirigidas; apresentação oral de produção textual.

### 5. AVALIAÇÃO

Provas escritas; Apresentação oral; produção textual.

### 6. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. 9. ed. São Paulo: Ática, 1995.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Lições de texto: leitura e redação**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2003.

MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. **Português instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT**. 29.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

### 7. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR



## PLANO DE ENSINO

ANDRADE, Maria Margarida de; HENRIQUES, Antônio. **Língua portuguesa:** noções básicas para cursos superiores. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa.** 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GARCIA, Othon Moacyr. **Comunicação em prosa moderna:** aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

INFANTE, Ulisses. **Curso de gramática aplicada aos textos.** 6. ed. São Paulo (SP): Scipione, 2001.

KASPARY, Adalberto José. **Redação oficial:** normas e modelos. 17. ed. Porto Alegre: Edita, 2004.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão.** 9. ed. São Paulo: Ática, 1995.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Lições de texto:** leitura e redação. 4. ed. São Paulo: Ática, 2003.

MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. **Português instrumental:** de acordo com as atuais normas da ABNT. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Maria Margarida de; HENRIQUES, Antônio. **Língua portuguesa:** noções básicas para cursos superiores. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa.** 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GARCIA, Othon Moacyr. **Comunicação em prosa moderna:** aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

INFANTE, Ulisses. **Curso de gramática aplicada aos textos.** 6. ed. São Paulo (SP): Scipione, 2001.

KASPARY, Adalberto José. **Redação oficial:** normas e modelos. 17. ed. Porto Alegre: Edita, 2004.

Documento gerado eletronicamente sob Nº.: 7b5f95a9-f20f-4a78-aba2-03dcf04c6e3c

A Universidade Regional Integrada declara que a veracidade deste documento está condicionada a verificação da sua autenticidade na internet no endereço <<http://portal.uri.br/corpore.net>> menu "Certificador de Relatórios"

Documento emitido em: 20/05/2024

Sua autenticidade pode ser confirmada por 30 dias a partir da data de emissão, tendo validade sem carimbo e assinatura.



## PLANO DE ENSINO

### DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**Disciplina: Mediação e Arbitragem**

**Código: 60-307**

**Carga Horária: 30**

**Número de Créditos: 02 Créditos**

**Pré-requisitos: 66-209**

#### EMENTA:

A Arbitragem. Arbitragem e Conciliação. Arbitragem Nacional e Internacional. O compromisso arbitral e a cláusula compromissória. Efeitos da decisão arbitral. Executoriedade.

#### OBJETIVOS:

- Motivar o estudo de novos meios de solução de controvérsias no plano interno e no internacional fora do âmbito jurisdicional

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

##### 1 ARBITRAGEM

- 1.1 Resenha Histórica
- 1.2 Arbitragem pública e privada
- 1.3 Arbitragem em Roma
- 1.4 As modificações introduzidas por Justiano
- 1.5 A arbitragem na Idade Média
- 1.6 A arbitragem e a Era Moderna
- 1.7 A arbitragem no Brasil
- 1.8 Aspectos Legais
- 1.9 Quem pode ser arbitro
- 1.10 Quem pode recorrer a mediação e arbitragem

##### 2 ARBITRAGEM E CONCILIAÇÃO

- 2.1 O compositor amigável
- 2.2 Arbitragem e transação
- 2.3 Arbitragem e arbitramento

##### 3 ARBITRAGEM NACIONAL E INTERNACIONAL

- 3.1 Resenha histórica da arbitragem internacional
- 3.2 Arbitragem internacional como meio de solução de querelas internacionais
- 3.3 Formas de arbitragem
- 3.4 O compromisso arbitral
- 3.5 Condições de validade

##### 4 O COMPROMISSO ARBITRAL E A CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

- 4.1 Conceito de compromisso
- 4.2 O compromisso como contrato processual
- 4.3 O compromisso como contrato complexo
- 4.4 Compromisso e transação
- 4.5 Natureza contratual do compromisso
- 4.6 Compromisso e negócio jurídico processual

##### 5 COMUNICAÇÃO. A ESCUTA. ACORDOS.

##### 6 MEDIAÇÃO

- 6.1 Técnicas de mediação
- 6.2 Os passos da mediação.

##### 7 COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA.



## PLANO DE ENSINO

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARMONA, Carlos A. A Arbitragem no processo civil brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores, 1993.  
\_\_\_\_\_. Arbitragem e processo: um comentário à Lei 9.307/96. São Paulo: Malheiros Editores, 1998.  
SOARES, Guido Fernando Silva. Órgãos das soluções extrajudiciárias de litígios / Guido F. S. Soares. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1985.  
TAVARES, André Ramos. As tendências do direito público no limiar de um novo milênio/ Celso Ribeiro Bastos, André Ramos Tavares. São Paulo: Saraiva, 2000.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAPPELLETTI, Mauro. Acesso a Justiça. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1998.  
FIUZA, César. Teoria geral da Arbitragem. Belo Horizonte : Del Rey, 1995.  
SCHNITMAN, Dora Fried. Novos Paradigmas em Mediação. Organizado por Dora Fried Schnitman e Stephen Littlejohn; tradução Marcos A. G. Domingues e Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

Documento gerado eletronicamente sob N°. : 92bdd2d2-172b-4a2c-9f87-3008290b7238

A Universidade Regional Integrada declara que a veracidade deste documento está condicionada a verificação da sua autenticidade na internet no endereço <<http://portal.uri.br/corpore.net>> menu "Certificador de Relatórios"

Documento emitido em: 20/05/2024

Sua autenticidade pode ser confirmada por 30 dias a partir da data de emissão, tendo validade sem carimbo e assinatura.



## PLANO DE ENSINO

### DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

**Disciplina:** Medicina Legal

**Código:** 40-236

**Carga Horária:** 30h

**Número de Créditos:** 02

### 1 EMENTA

Introdução à Medicina Legal. Antropologia Forense. Perícia e Peritos. Documentos médicos legais. Lesões corporais. Traumatologia Forense. Investigações de Paternidade. Sexologia judiciária. Psicologia forense. Psiquiatria forense. Toxicofilias de interesse médico-legal. Tanatologia forense. Balística.

### 2 OBJETIVOS

#### 2.1 OBJETIVO GERAL

Estudar e conhecer os principais aspectos da Medicina Legal e seus reflexos na esfera jurídica e médica.

### 3 CONTEÚDOS CURRICULARES

#### INTRODUÇÃO A MEDICINA LEGAL

Conceito

Relações diversas com as outras ciências

Divisão

Perícia Médico legal

Perícias e peritos

Documentos Médico-legais

#### ANTROPOLOGIA FORENSE

Antropologia Médico-Legal

Antropologia Judiciária

#### LESÕES CORPORAIS DE NATUREZA PENAL E CÍVEL

Conceito

Classificação

Legislação

#### TRAUMATOLOGIA MÉDICO-LEGAL

Classificação das energias responsáveis

Diagnóstico da lesões

#### INFORTUNÍSTICA

Conceito

Acidente e doença do trabalho

Perícia

Legislação



## PLANO DE ENSINO

### **SEXOLOGIA FORENSE**

Casamento, separação e divórcio

Investigação de paternidade

Aborto

Infanticídio

Sexologia Criminal

Transtorno da sexualidade

### **TANATOLOGIA**

Conceito

Generalidades

Diagnóstico da Realidade da Morte

Cronotanatocnose

### **IMPUTABILIDADE PENAL E CAPACIDADE CIVIL**

Capacidade de entendimento

Capacidade de determinação

periculosidade

### **BALÍSTICA**

## **4 METODOLOGIA**

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, datashow, retroprojektor,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

## **5 AVALIAÇÃO**

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

## **6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BENFICA, Francisco Silveira; VAZ, Márcia. **Medicina legal**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual esquemático de criminologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CROCE, Delton e CROCE JR, Dalton. **Manual de Medicina Legal**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

## **7 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**



## PLANO DE ENSINO

GALVÃO, Luis Carlos Cavalcante. **Medicina legal**. São Paulo: Santos, 2008.

BINA, Ricardo Ambrosio Fazzani. **Medicina legal**. São Paulo: Campus, 2014.

VANRELL, Jorge Paulete (Coord). **Manual de medicina legal: tanatologia**. 4. ed. São Paulo: JH Mizuno, 2011.

MARTINS, Celso Luiz. **Medicina legal**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

HERCULES, Hygino de Carvalho. **Medicina legal: texto e atlas**. São Paulo: Atheneu, 2011.

Documento gerado eletronicamente sob Nº.: e9fdb7c2-08c7-42c5-85e9-a8e932b7fd0c

A Universidade Regional Integrada declara que a veracidade deste documento está condicionada a verificação da sua autenticidade na internet no endereço <<http://portal.uri.br/corpore.net>> menu "Certificador de Relatórios"

Documento emitido em: 20/05/2024

Sua autenticidade pode ser confirmada por 30 dias a partir da data de emissão, tendo validade sem carimbo e assinatura.



## PLANO DE ENSINO

### DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

**Disciplina: METODOLOGIA CIENTÍFICA E DA PESQUISA**

**Código: 72-271**

**Carga Horária: 60h**

**Número de Créditos: 04**

**Pré-requisitos:**

### 1. EMENTA

Sentido e perspectiva do ensino universitário. O método científico e a prática da pesquisa. Função social da pesquisa. Tipos e características da pesquisa. Instrumentalização metodológica. Projeto de pesquisa. Relatório de pesquisa. A pesquisa como ato cotidiano.

### 2. OBJETIVOS GERAIS

Oportunizar ao aluno conhecimento sobre as concepções epistemológicas do conhecimento, o conhecimento científico e sua relação com o método científico.

Instrumentalizar e orientar os acadêmicos na construção do conhecimento científico, métodos de pesquisa, apresentações das normas do trabalho técnico-científico e referências bibliográficas, considerando as normas da ABNT.

### 3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Trabalhar a pesquisa como forma de criação de conhecimento, a fim de proporcionar meios e formas de fazer pesquisa acadêmica científica.
- Refletir sobre a ciência do conhecimento e a natureza do mesmo, a fim de identificar o tipos de níveis de conhecimento.
- Interpretar a normatização da ABNT, a fim de concretizar seus estudos nos trabalhos acadêmicos.

### 4. CONTEÚDOS CURRICULARES

A Universidade e a Metodologia Científica

A Universidade, a triplice missão e a Metodologia Científica

A organização da vida de estudos na Universidade e acervos bibliográficos

Diretrizes para a leitura, análise e interpretação de textos

Ciência e conhecimento: A natureza do conhecimento: tipos e níveis

Produção acadêmica: elaboração, estruturação e apresentação de trabalhos científicos acadêmicos

Os princípios da comunicação científica

Normatização científica – ABNT

A Pesquisa na Universidade

A pesquisa como descoberta e criação

A função social da pesquisa

Tipos de pesquisa

Elaboração do projeto de pesquisa

O trabalho de campo como descoberta e criação

Apresentação da Pesquisa

Estrutura do trabalho científico



## PLANO DE ENSINO

Apresentação do trabalho científico

Elementos complementares

Projeto de Pesquisa

Relatório de Pesquisa

Ética na Pesquisa

### 5. METODOLOGIA

A aprendizagem será garantida mediante métodos que propiciem a construção do conhecimento, levando em conta o conhecimento técnico, a interdisciplinaridade e a diversidade, visando a agregação de conhecimentos, habilidades e atitudes profissionais. Quanto aos recursos e métodos incluirão:

Aulas expositivas e dialogadas;

Elaboração e apresentação de trabalhos individuais e em grupos;

Elaboração de projetos, relatórios e artigos.

### 6. AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina constituir-se-á num processo em que se evidenciará o desenvolvimento de habilidades no comportamento metodológico e científico, sendo realizada através de elaboração e apresentação de trabalhos, relatórios e provas.

### 7. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PÁDUA, Elisabete Matalho Marchesini de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 8. ed. São Paulo: Papyrus, 2002.

SANTOS, A. R. dos. **Metodologia Científica**: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 11.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.

### 8. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AITA, Ana Lucia Gubiani. **Instruções Gerais de Normatização Científica**. Frederico Westphalen: URI, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Rio de Janeiro: ABNT. (Edição e Ano atualizada conforme novas publicações da ABNT)

BARBOSA, Antonio. et al. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**. 2.ed. São Paulo: Saraiva.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

COOPER, Donald R; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

Documento gerado eletronicamente sob Nº.: 7b67392f-3782-48e5-a3a6-dd8a0f1a2548

A Universidade Regional Integrada declara que a veracidade deste documento está condicionada a verificação da sua autenticidade na internet no endereço <<http://portal.uri.br/corpore.net>> menu "Certificador de Relatórios"

Documento emitido em: 20/05/2024

Sua autenticidade pode ser confirmada por 30 dias a partir da data de emissão, tendo validade sem carimbo e assinatura.



## PLANO DE ENSINO

### DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**Disciplina: Monografia I-A**

**Código: 60-299**

**Carga Horária: 45**

**Número de Créditos: 03 Créditos**

**Pré-requisitos: 2200 h/a**

### EMENTA:

Revisão de conteúdos de metodologia científica e da pesquisa voltados a elaboração do projeto de monografia.

### OBJETIVOS:

- Oportunizar um momento de revisão, aprofundamento, sistematização e integração de conteúdos, com a finalidade de levar o acadêmico a definir e aprimorar conhecimentos adquiridos no decorrer do curso;
- Orientar o aluno na elaboração do projeto de monografia.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

#### 1. O TRABALHO CIENTÍFICO

#### 2. PARTES DO TRABALHO CIENTÍFICO

##### 2.1. Título

##### 2.1. Tema

##### 2.3. Delimitação do tema

##### 2.4. Problema

##### 2.5. Justificativa

##### 2.6. Metodologia

##### 2.7. Fundamentação teórica

##### 2.8. Plano de trabalho

##### 2.9. Objetivos

##### 2.10. Metodologia

##### 2.11. Cronograma

##### 2.12. Referências bibliográficas

### METODOLOGIA:

Orientação sobre a elaboração do referencial teórico; elaboração e aprovação do projeto.

### AValiação:

Os alunos serão avaliados pelo seu desempenho na elaboração do referencial teórico e pela elaboração e apresentação do projeto.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas técnicas para o trabalho científico: que todo mundo pode saber inclusive você. 11. ed., atual. e ampl. Porto Alegre : [s.n.], 2002.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 3 ed., São Paulo: Atlas, 1991.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

\_\_\_\_\_. Metodologia científica. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

\_\_\_\_\_. Técnicas de pesquisa. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

VENTURA, Deisy. A monografia jurídica. 2.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BECKER, Fernando e Outros. Apresentação de trabalhos escolares. 18.ed. Porto Alegre: Prodil, 1999.

CERVO, A. L. e BERVIAN, P. A. Metodologia científica. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1996.

LUFT, Celso Pedro. O escrito científico: sua estrutura e apresentação. 4 ed. Porto Alegre: Lima, 1974.

RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 26.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.



## PLANO DE ENSINO

RUIZ, J. A. Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

Documento gerado eletronicamente sob Nº.: 07aa8e73-7e02-483e-9069-32b45ece58e5

A Universidade Regional Integrada declara que a veracidade deste documento está condicionada a verificação da sua autenticidade na internet no endereço <<http://portal.uri.br/corpore.net>> menu "Certificador de Relatórios"

Documento emitido em: 20/05/2024

Sua autenticidade pode ser confirmada por 30 dias a partir da data de emissão, tendo validade sem carimbo e assinatura.



## PLANO DE ENSINO

### DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Disciplina: Monografia II-A

Código: 60-300

Carga Horária: 45

Número de Créditos: 03 Créditos

Pré-requisitos: 60-299

#### EMENTA:

Orientação metodológica e de conteúdo na elaboração do trabalho monográfico.

#### OBJETIVOS:

- Oportunizar um momento de revisão, aprofundamento, sistematização e integração de conteúdos, com a finalidade de levar o acadêmico a definir e aprimorar conhecimentos adquiridos no decorrer do curso;
- Orientar na elaboração do trabalho monográfico.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. DE ACORDO COM O TEMA ESCOLHIDO PELO ACADÊMICO.

#### METODOLOGIA:

Encontros periódicos com o orientador com o fim de elaboração do trabalho monográfico.

#### AValiação:

Os alunos serão acompanhados e avaliados pelos orientadores, a partir do seu desempenho na elaboração do desenvolvimento do trabalho.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas técnicas para o trabalho científico: que todo mundo pode saber inclusive você. 11. ed., atual. e ampl. Porto Alegre : [s.n.], 2002.  
GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 3 ed., São Paulo: Atlas, 1991.  
LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.  
\_\_\_\_\_. Metodologia científica. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1991.  
\_\_\_\_\_. Técnicas de pesquisa. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.  
VENTURA, Deisy. A monografia jurídica. 2.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BECKER, Fernando e Outros. Apresentação de trabalhos escolares. 18.ed. Porto Alegre: Prodil, 1999.  
CERVO, A. L. e BERVIAN, P. A. Metodologia científica. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1996.  
LUFT, Celso Pedro. O escrito científico: sua estrutura e apresentação. 4 ed. Porto Alegre: Lima, 1974.  
RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 26.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.  
RUIZ, J. A. Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

Documento gerado eletronicamente sob Nº.: b4cc1c8d-8407-4023-9046-36a4ba529e55

A Universidade Regional Integrada declara que a veracidade deste documento está condicionada a verificação da sua autenticidade na internet no endereço <<http://portal.uri.br/corpore.net>> menu "Certificador de Relatórios"

Documento emitido em: 20/05/2024

Sua autenticidade pode ser confirmada por 30 dias a partir da data de emissão, tendo validade sem carimbo e assinatura.



## PLANO DE ENSINO

### DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**Disciplina:** Estágio de Prática Jurídica IV-A

**Código:** 60-315

**Carga Horária:** 60

**Número de Créditos:** 04 Créditos

**Pré-requisitos:** 60-314/66-236

### EMENTA:

Estudo do processo civil: as execuções; as ações cautelares; a ação monitória; o mandado de segurança; a consignação em pagamento; a usucapião, inventário; o arrolamento; a ação de separação consensual; a ação civil pública e a ação popular; as sentenças; os recursos. Estudo do processo penal: as sentenças; os recursos penais e o habeas corpus.

### OBJETIVOS:

- Em sala de aula: preparar à prática profissional, mediante exames de autos e elaboração de petições, alegações e recursos, em certos tipos de processos.
- No Escritório-Modelo: elaborar peças processuais, atender a clientela carente, sob a orientação e supervisão de advogados e docentes de prática geral.
- Junto aos Órgãos Judiciários: Acompanhar audiências.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

#### 1. PROCESSO CIVIL

##### 1.1. Execuções

##### 1.2. Cautelares

##### 1.3. Ação monitória

##### 1.4. Especiais: mandado de segurança, consignação em pagamento, usucapião, inventário, arrolamento, ação de separação consensual, ação civil pública e ação popular

##### 1.5. Sentenças

##### 1.6. Recursos

#### 2. PROCESSO PENAL

##### 2.1. Sentenças

##### 2.2. Recursos penais

##### 2.3. Habeas corpus

### METODOLOGIA:

Informações iniciais através de aulas expositivas e dialogadas, trabalhos individuais e em grupo para elaboração de peças processuais, pesquisa na doutrina e na jurisprudência; apresentação de trabalhos pelos alunos; atendimento ao cliente; participação em audiências e/ou outros atos, com apresentação de relatórios.

### AValiação:

Através de trabalhos individuais ou em grupo, assiduidade, organização, participação, organização, elaboração de peças processuais, presteza no atendimento ao cliente, acompanhamento dos processos.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, Amador Paes de. Curso Prático de Processo do Trabalho. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1999

GIGLIO, Wagner D. Direito processual do trabalho. São Paulo: LTR, 1993.

MARTINS, Pinto Martins. Direito Processual do Trabalho. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SAAD, Eduardo Gabriel. Direito processual do trabalho. São Paulo: 1994.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAÚJO, João Carlos de. Ação coletiva do trabalho. São Paulo: LTR, 1993.

CAMPANHOLE, Adriano. Consolidação das leis do trabalho. 28 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

CARRION, Valentin. Comentários à CLT. 16 ed. São Paulo: Ed. Rev. dos Tribunais, 1993.



## PLANO DE ENSINO

MALTAS, Christóvão Piragibe Tostes. Prática do processo trabalhista. São Paulo: LTr, 1994.  
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito processual do trabalho. São Paulo: Saraiva, 1993.  
TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. Sistema dos recursos trabalhistas. São Paulo: LTr, 1995.

Documento gerado eletronicamente sob N°. : becc66b7-d846-415c-8415-5ee8cdfad655

A Universidade Regional Integrada declara que a veracidade deste documento está condicionada a verificação da sua autenticidade na internet no endereço <<http://portal.uri.br/corpore.net>> menu "Certificador de Relatórios"

Documento emitido em: 20/05/2024

Sua autenticidade pode ser confirmada por 30 dias a partir da data de emissão, tendo validade sem carimbo e assinatura.



## PLANO DE ENSINO

### DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Disciplina: Estágio de Prática Jurídica V

Código: 60-298

Carga Horária: 60

Número de Créditos: 04 Créditos

Pré-requisitos: 66-239/60-315

### EMENTA:

Estuda a prática do processo trabalhista; do processo administrativo e fiscal.

### OBJETIVOS:

- Em sala de aula: preparar à prática profissional, mediante exames de autos e elaboração de petições, alegações e recursos, em certos tipos de processos.
- No Escritório-Modelo: elaborar peças processuais, atender a clientela carente, sob a orientação e supervisão de advogados e docentes de prática geral.
- Junto aos Órgãos Judiciários: Acompanhar audiências.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

#### 1. PRÁTICA DO PROCESSO TRABALHISTA

- 1.1. Reclamatória trabalhista
- 1.2. Contestação trabalhista e inquérito para apuração por falta grave
- 1.3. Razões finais
- 1.4. Sentenças e recursos.

#### 2. PRÁTICA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E FISCAL - 45 H/A

- 2.1. Petição
- 2.2. Contestação
- 2.3. Recursos.

### METODOLOGIA:

Informações iniciais através de aulas expositivas e dialogadas, trabalhos individuais e em grupo para elaboração de peças processuais, pesquisa na doutrina e na jurisprudência; apresentação de trabalhos pelos alunos; atendimento ao cliente, participação em audiências e/ou outros atos, com apresentação de relatórios.

### AValiação:

Através de trabalhos individuais ou em grupo, assiduidade, organização, participação, organização, elaboração de peças processuais, prestação no atendimento ao cliente, acompanhamento dos processos.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- COVELHO, Sérgio Carlos. Prática do cheque. 2 ed. São Paulo: Universitária de Direito, 1996.
- PARIZATTO, João Roberto. Da execução e dos embargos. 3 ed. Vol.1. São Paulo: Editora de Direito, 1996.
- PARIZATTO, João Roberto. Da execução e dos embargos. 3 ed. Vol. 2. São Paulo: Editora de Direito, 1996.
- SALOMÃO, Luis Felipe. Roteiro dos juizados especiais cíveis. Rio de Janeiro: Destaque, 1997.
- AMORIM, Sebastião Luiz; OLIVEIRA, Euclides Benedito de. Inventários e partilhas: teoria e prática. 8 ed. São Paulo: Eud, 1993
- BONATTO, Cláudio. Código de defesa do consumidor: cláusulas abusivas nas relações contratuais de consumo. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2001.
- BONATO, Cláudio; MORAES, Paulo Valério Dal Pai. Questões controvertidas no Código de Defesa do Consumidor: principiologia, conceitos, contratos. 3 ed. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2001.
- FABRICIO, Adroaldo Furtado. Et al. Inovações do código de processo civil. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.



## PLANO DE ENSINO

THEODORO, Humberto Júnior. Processo cautelar. 13 ed, São Paulo: Eud, 1992.  
KASPARY, João Adalberto. Habeas verba: português para juristas. 6 ed. Porto Alegre: Revista dos advogados, 2000.  
ALVIM, Arruda; PINTO, Teresa Arruda Alvim. Nulidades processuais: repertório de jurisprudência e doutrina sobre. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.  
MARQUES, José Frederico. Elementos de direito processual penal. vol II, III e IV. Campinas: Bookseller, 1997.  
ROCHA, Francisco de Assis do Rêgo Monteiro da. Curso de Direito Processual Penal. Rio de Janeiro: Forense, 1999.  
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Código de processo penal comentado. vol II. São Paulo: Saraiva, 1996.  
JARDIM, Afrânio Silva. Direito processual penal. Rio de Janeiro: Forense, 2002.  
ESPÍNOLA FILHO, Eduardo. Código de processo penal brasileiro anotado. Campinas: Bookseller, 2000.  
SANTINI, José Raffaeli. Sentenças e acórdãos criminais. LEUD: São Paulo, 1993.  
GRINOVER, Ada Pellegrini. Recurso no processo penal: teoria geral dos recurso, recurso em espécie, ações de impugnação. 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.  
SIDOU, J. M. Othon. Habeas Corpus .mandado de segurança, mandado de injunção, habeas data, ação popular - As garantias ativas dos direitos coletivos. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

Documento gerado eletronicamente sob N°. : a63a6b0e-e08a-44d6-9786-cca6f8ca9eae

A Universidade Regional Integrada declara que a veracidade deste documento está condicionada a verificação da sua autenticidade na internet no endereço <<http://portal.uri.br/corpore.net>> menu "Certificador de Relatórios"

Documento emitido em: 20/05/2024

Sua autenticidade pode ser confirmada por 30 dias a partir da data de emissão, tendo validade sem carimbo e assinatura.



## PLANO DE ENSINO

### DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**Disciplina:** Ética Geral e Profissional

**Código:** 60-311

**Carga Horária:** 30

**Número de Créditos:** 02 Créditos

**Pré-requisitos:** 66-152

### EMENTA:

Estudo das dimensões éticas do exercício das profissões jurídicas. Análise do Código de Ética Profissional da Advocacia. A preocupação constante que o juiz, o promotor, o advogado e demais operadores do Direito devem ter com os valores da Moral e dos Bons Costumes.

### OBJETIVOS:

- Abordar as diferentes questões referentes ao cotidiano do profissional do Direito, tendo em vista o desenvolvimento, junto ao aluno, de uma consciência e postura eticamente coerentes.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

#### 1. REGRAS DEONTOLÓGICAS FUNDAMENTAIS

- 1.1 Importância da Deontologia
- 1.2 Existência de dever moral
- 1.3 Fontes da Deontologia jurídica
- 1.4 Responsabilidade social das profissões
- 1.5 Sanção e responsabilidade moral

#### 2. DEONTOLOGIA JURÍDICA

- 2.1 O Advogado
- 2.3 Do processo disciplinar
- 2.4 O juiz
- 2.5 O Ministério Público
- 2.6 Destinação Legal dos Auxiliares da Justiça

### METODOLOGIA:

Os métodos utilizados são aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudo dirigido, fichamentos e produção textual.

### AValiação:

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida. As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOBASSARO, Luiz Carlos. Ética e trabalho: cinco estudos. Caxias do Sul: De Zorgê PYR, 1989.  
OAB. Código de Ética Profissional. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.  
COSTA, Elcias Ferreira da. Deontologia Jurídica - Ética das Profissões Jurídicas. Editora Forense, 1996.

### ESTATUTO DA ADVOCACIA.

DE CICCIO, Cláudio. Uma crítica idealista ao legalismo: a filosofia do direito de Gioele Salon. São Paulo: Ícone, 1995.

REALE, Miguel. A ética do direito. São Paulo: Saraiva, 1993.



## PLANO DE ENSINO

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

KELSEN, Hans. O problema da justiça. São Paulo: Martins Fontes, 1993.  
LANGARO, Luiz Lima. Curso de Deontologia Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2ª ed. 1996.  
MOTTA, Nair de Souza. Ética e vida profissional. São Paulo: Ed. Copyright, 1984.  
OLIVERIA JÚNIOR, José Alcebiades de. Bobbio e a filosofia dos Juristas. Porto Alegre: Sérgio A. Fabris Editor, 1994.  
REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. São Paulo: Saraiva, 1993.  
RIOS, Terezinha Azeredo. Ética e competência. São Paulo: Cortez, 1995.  
ROHDEN, Valíro. Ética e política. Porto Alegre: UFRGS, 1993.

Documento gerado eletronicamente sob N°. : 605e4130-9542-402c-bbe3-2a4230b62c58

A Universidade Regional Integrada declara que a veracidade deste documento está condicionada a verificação da sua autenticidade na internet no endereço <<http://portal.uri.br/corpore.net>> menu "Certificador de Relatórios"

Documento emitido em: 20/05/2024

Sua autenticidade pode ser confirmada por 30 dias a partir da data de emissão, tendo validade sem carimbo e assinatura.



## PLANO DE ENSINO

### DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Disciplina: FILOSOFIA

Código: 73-225

Carga Horária: 60h

Número de Créditos: 04

#### 1. EMENTA:

O estudo da filosofia desenvolve a capacidade de perguntar, ocupando-se fundamentalmente de três temas: o Ser, o Conhecer e o Agir.

#### 2. OBJETIVO:

- Introduzir a discussão acerca dos fundamentos filosóficos do pensamento psicológico.
- Oportunizar a leitura e discussão dos textos filosóficos relacionados a construção do pensamento psicológico.
- Relacionar os conceitos filosóficos aos fenômenos psicológicos.
- Discutir de maneira crítica os problemas contemporâneos a partir dos conhecimentos filosóficos.

#### 3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- A Natureza da Filosofia: O que é filosofia: caracterização e utilidade. Conhecimentos vulgar, científico e filosófico. Nascimento da Filosofia: Mito e Filosofia. História da Filosofia: períodos da história da Filosofia e escolas filosóficas. Áreas da Filosofia hoje. De que se ocupa a filosofia?
- A Questão Antropológica: cultura e natureza. Trabalho e alienação.
- A Questão do Ser: a natureza nas escolas pré-socráticas. Platão e a teoria das formas (*eîdos*). O ser para Aristóteles. O Ser na filosofia medieval e moderna. O problema do ser humano na fenomenologia.
- A questão da linguagem: a linguagem como atividade humana. Estruturação da linguagem. Tipos de linguagem, linguagem, pensamento e cultura. Os paradigmas filosóficos da objetividade, da subjetividade e da linguagem;
- A questão do conhecimento: a preocupação com o conhecimento. A percepção. A memória. A imaginação. Linguagem e pensamento. O "eu" como fundamento do saber (Descartes). A crítica empirista das idéias à síntese kantiana. Conhecimento como intencionalidade da consciência (Husserl). A consciência pode conhecer tudo? (Freud);
- A questão do agir: Pensamento político grego. Pensamento político moderno e contemporâneo. Pensamento político atual: a questão da democracia. Moral e Ética. Os valores e a ação humana. A Liberdade. Concepções éticas.
- Direitos Humanos
- \* Democracia, Cidadania, Liberdades Cívicas e Políticas
- \* Como linguagem emancipatória

#### 4. METODOLOGIA:

O desenvolvimento da disciplina utilizará diferentes procedimentos metodológicos com a finalidade de aprimorar a reflexão, a problematização do mundo vivido, a análise do pensamento dos autores que serão estudados. Para isso utilizar-se-á: aulas expositivas e dialógicas conduzidas pelo professor; leitura metódica e análise de textos previamente selecionados; atividades práticas com elaboração de esquemas e discussão das temáticas; trabalhos em grupo com debates; audiovisuais referentes às temáticas abordadas.

#### 5. AVALIAÇÃO:

A avaliação da disciplina será feita a partir da apresentação de atividades que permitam o



## PLANO DE ENSINO

acompanhamento do desenvolvimento de competências e habilidades, entre as quais, compreensão e visão ampla do conhecimento adquirido na disciplina, que poderão ser: resenhas, trabalhos individuais em sala de aula e prova.

### 6. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUZZI, Arcangelo R. **Introdução ao pensar**: o ser, o conhecimento, a linguagem. 36. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2012.

CASSOL, Claudionei Vicente, ZUCCHI, Claudir Miguel, COCCO, Ricardo. **Estudos filosóficos**: questões de ética e de educação. Frederico Westphalen: Editora da URI-FW, 2014.

### 7. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARANHA, Maria Lúcia; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: introdução à filosofia. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida em fragmentos**: sobre a ética pós-moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BITTAR, Eduardo C. B. **Curso de filosofia política**. 4. ed. São Paulo : Atlas, 2011.

HEIDEGGER, Martin. **Introdução à filosofia**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CASTILHO, Ricardo. **Filosofia do direito**. São Paulo: Saraiva, 2012.

Documento gerado eletronicamente sob Nº.: e4cd3ad4-3be8-4d8b-b3b3-3384799a76e6

A Universidade Regional Integrada declara que a veracidade deste documento está condicionada a verificação da sua autenticidade na internet no endereço <<http://portal.uri.br/corpore.net>> menu "Certificador de Relatórios"

Documento emitido em: 20/05/2024

Sua autenticidade pode ser confirmada por 30 dias a partir da data de emissão, tendo validade sem carimbo e assinatura.